



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA

RAQUEL NERIS TEIXEIRA

DINÂMICA TERRITORIAL RURAL NO ESTADO DO CEARÁ ENTRE OS ANOS
DE 1996 E 2006

FORTALEZA

2016

RAQUEL NERIS TEIXEIRA

DINÂMICA TERRITORIAL RURAL NO ESTADO DO CEARÁ ENTRE OS ANOS DE
1996 E 2006

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Agronomia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Pires Reis

FORTALEZA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

T269d Teixeira, Raquel Neris.
 Dinâmica territorial rural no estado do Ceará entre os anos de 1996 e 2006 / Raquel Neris
 Teixeira. – 2016.
 51 f. : il.

 Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias,
 Departamento de Fitotecnia, Graduação em Agronomia, Fortaleza, 2016.
 Orientação: Prof. Dr. José Newton Pires Reis.

 1. Dinâmica territorial e ambiental - Ceará. 2. Territorialidade humana. 3. Estrutura fundiária -
 Ceará. I. Título.

CDD 631

RAQUEL NERIS TEIXEIRA

**DINÂMICA TERRITORIAL RURAL NO ESTADO DO CEARÁ ENTRE OS ANOS
DE 1996 E 2006**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Agronomia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Pires Reis

Aprovada em 25 / 01 / 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Newton Pires Reis (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Kilmer Coelho Campos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico esta monografia à minha amada
filha, Alice Morgana, razão e motivação desta
jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha gratidão pela vida, pelas oportunidades, pela capacidade, pela fé e coragem a mim concedidas.

Aos meus pais pelo amor, confiança, princípios e valores a mim repassados e por propiciarem a minha existência terrena.

À minha avó, Maria Silva (*in memoriam*), por propiciar os meus estudos e pelo tempo dedicado a mim.

Ao meu avô, Inácio Teixeira (*in memoriam*), pelo amor, pelo carinho e por cultivar em mim o amor pela terra e pelo campo.

À minha querida irmã, Ana Clara, por todo o apoio e incentivo a mim prestados.

Ao meu companheiro, Jônatas Carneiro, minha gratidão pelo amor, incentivo e por todo o empenho dispensados a me ajudar.

Ao professor José Newton pela amizade, incentivo, orientação, apoio e contribuições acadêmicas essenciais para a conclusão dessa monografia.

Aos professores Kilmer Campos e José Lemos por aceitarem fazer parte da banca examinadora e assim contribuírem com suas observações para o aprimoramento do presente trabalho.

Aos professores que passaram por toda a minha vida acadêmica, minha eterna gratidão.

A todos familiares, amigos, e colegas pelo incentivo e força nos momentos de superação dos obstáculos.

“Qualquer que seja o período histórico, o espaço humano é reconhecido como um espaço da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço.” (Milton Santos)

RESUMO

O estudo objetiva caracterizar a dinâmica territorial rural entre as macrorregiões de planejamento do estado do Ceará. São utilizados dados secundários coletados junto ao IBGE, por meio dos Censos Agropecuários de 1995/ 1996 e 2006 para todo o estado do Ceará. A pesquisa analisa a estrutura fundiária do estado de acordo com três estratos de área; as formas de obtenção das terras do produtor proprietário; e as formas de utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários. Caracteriza a condição legal das terras e a condição do produtor em relação à terra segundo grupos de atividades econômicas. Os resultados mostraram que a estrutura fundiária do estado se apresenta de forma concentrada. A área rural do estado tem apresentado uma expressiva diminuição, havendo ênfase para as propriedades com área inferior a dez (10) hectares. A maioria dos estabelecimentos rurais é pertencente a produtores proprietários, havendo um percentual muito pequeno de áreas e estabelecimentos rurais distribuídos para as outras categorias referentes à condição legal da terra. A maioria dos estabelecimentos rurais foi obtida mediante a sucessão hereditária e a compra de particular, as demais formas de acesso à terra não apresentaram grande representatividade. As áreas de lavoura têm diminuído consideravelmente, enquanto que as áreas de pastagem tiveram um aumento vultoso ao mesmo tempo em que as áreas de matas e florestas superam a área ocupada pelas lavouras. A produção de lavouras temporárias predomina na maioria dos estabelecimentos rurais. Relativamente à área rural, predomina a produção de lavouras temporárias e a pecuária. As áreas de produção apresentaram uma relevante diminuição no período analisado.

Palavras-chave: Território, Dinâmica Territorial, Estrutura Fundiária.

ABSTRACT

The study aims to characterize the rural territorial dynamics among planning regions of the state of Ceara. Secondary data are used collected by the IBGE, through the Agricultural Census of 1995/1996 and 2006 for the entire state of Ceará. The research analyzes the agrarian structure of the state according to three area strata; ways to obtain the owner of the producer counties; and forms of land use from agricultural establishments. It characterizes the legal status of the land and the producer's condition in relation to land second groups of economic activities. The results showed that the agrarian structure of the state is presented in concentrated form. The state's rural areas has presented a significant reduction, with emphasis on properties with an area less than ten (10) hectares. Most farms are owned by producers with a very small percentage of areas and farms distributed to other categories related to the legal status of the land. Most farms were obtained by hereditary succession and the particular purchase, other forms of access to land did not have great representation. The farming areas have declined considerably, while the grazing areas had a sizable increase while the areas of woods and forests outweigh the area occupied by crops. The production of temporary crops prevails in most farms. With regard to rural areas dominates the production of temporary crops and livestock. The production areas showed a significant decrease during the period.

Keywords: Territory, Territorial Dynamics, Land Structure.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição dos estabelecimentos rurais, segundo três estratos de área para o estado do Ceará. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	28
Gráfico 2. Distribuição das áreas dos estabelecimentos rurais, segundo três estratos de área para o estado do Ceará. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	28
Gráfico 3. Variação percentual da área média dos estabelecimentos rurais, conforme três estratos de área. Censo Agropecuário 1996/96 e 2006.....	30
Gráfico 4. Distribuição da área rural total por macrorregião no estado do Ceará. Censos Agropecuários 1995/96 e 2006.....	32
Gráfico 5. Percentual do número e área total dos estabelecimentos agropecuários por macrorregião. Censo Agropecuário 2006.....	33
Gráfico 6. Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários, conforme a macrorregião e três estratos de área. Censo Agropecuário, 2006.....	34
Gráfico 7. Distribuição percentual da área dos estabelecimentos agropecuários, conforme a macrorregião e três estratos de área. Censo Agropecuário, 2006.....	34
Gráfico 8. Condição legal das terras por número de estabelecimentos. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	37
Gráfico 9. Condição Legal da terra, conforme o tamanho da área total. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	38
Gráfico 10. Variação percentual da condição legal da terra por macrorregião total, conforme o tamanho da área total. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	40
Gráfico 11. Forma de obtenção das terras do produtor proprietário. Censo Agropecuário 2006.....	41
Gráfico 12. Variação quanto à forma de utilização das terras no estado do Ceará. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	42
Gráfico 13. Variação percentual da utilização das terras, por macrorregião, segundo os principais tipos de utilização. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	43
Gráfico 14. Percentual dos estabelecimentos conforme a macrorregião e a forma de utilização da terra. Censo Agropecuário 2006.....	44
Gráfico 15. Percentual da área conforme a macrorregião e a forma de utilização da terras. Censo Agropecuário 2006.....	45

Gráfico 16. Grupos de atividades econômicas por estabelecimento no estado do Ceará. Censo Agropecuário 2006.....	46
Gráfico 17. Grupos de atividades econômicas, segundo a área no estado do Ceará. Censo Agropecuário 2006.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de estabelecimentos rurais, área total e área média, segundo o estrato de área no estado do Ceará entre 1995/96 e 2006.	27
Tabela 2. Número e área total dos estabelecimentos agropecuários, conforme três estratos de área por macrorregião. Censo Agropecuário 1995/96.....	29
Tabela 3. Número e área total dos estabelecimentos agropecuários, conforme três estratos de área por macrorregião. Censo Agropecuário 2006.....	29
Tabela 4. Caracterização da condição legal das terras por número de estabelecimentos e área total. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	36
Tabela 5. Condição legal da terra, conforme a macrorregião. Censo Agropecuário 1995/96.....	39
Tabela 6. Condição legal da terra, conforme a macrorregião. Censo Agropecuário 2006.....	39
Tabela 7. Forma de utilização da terra, conforme a macrorregião. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.....	42
Tabela 8. Grupos de atividades econômicas, segundo a condição legal do produtor em relação às terras no estado do Ceará. Censo Agropecuário 2006.....	48

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 O problema e sua importância.....	13
1.2 Objetivos.....	15
2. UM BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO CEARÁ.....	16
3. CONCEITUAÇÕES DE TERMOS EMPREGADOS.....	20
4. METODOLOGIA.....	23
4.1 Fonte dos dados.....	23
4.3 Método de Análise.....	24
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
5.1 Análise da estrutura fundiária.....	27
5.2 Análise da condição legal das terras.....	36
5.3 Formas de obtenção das terras do produtor proprietário.....	40
5.4 Análise da utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários.....	41
5.5 Caracterização da condição do produtor em relação às terras, segundo grupos de atividades econômicas para o estado do Ceará.....	46
6. CONCLUSÃO.....	49
REFERÊNCIAS.....	51

1.INTRODUÇÃO

1.1 O problema e sua importância

A análise da questão agrária no Brasil, particularmente no Nordeste, tem sido envolvida também por uma discussão sobre o uso e propriedade da terra, compreendendo tanto problemas econômicos e de produção quanto aspectos político-sociais e culturais que influenciam até hoje os processos que ocorrem no campo, nos mais diferentes níveis e em diversas regiões do País.

No estado do Ceará, assim como ocorre em todo o Brasil, as questões agrárias são antigas. Além do processo de formação territorial rural alicerçado no latifúndio, a primeira constituição criada para o Estado Republicano brasileiro a partir do fim da escravidão instituiu a Lei de Terras no ano de 1850, a qual determinou que a única forma de aquisição de terras públicas seria através da compra e venda, sendo sua característica principal a implantação da propriedade privada no Brasil.

Antes da emancipação política do Brasil, a propriedade da terra era da Coroa, não havendo propriedade privada. Porém, para implantar o modelo agroexportador e estimular o investimento de capital na produção de mercadorias necessárias à exportação, a Coroa optou pela “concessão de uso” com direito à herança, entregando a colonizadores que dispunham de capital para investimento, grandes extensões de terra.

Com a instituição da Lei de Terras de 1850, a parcela mais pobre da população, que dependia das atividades agrícolas para sua subsistência, se viu obrigada a trabalhar para os grandes proprietários já que não tinha capital suficiente para adquirir sua própria parcela de terra, o que contribuiu para a continuidade dos latifúndios, herança do processo de ocupação do Brasil, deixando uma grande parte da população rural sem acesso à propriedade agrícola. Em síntese, esta Lei regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, presente até os dias atuais.

No Ceará, a concentração fundiária histórica é semelhante à do resto do País, tendo como agravante o regime de chuvas e os prolongados períodos de seca associados a temperaturas elevadas, solos rasos e pedregosos predominante em quase toda a extensão territorial, além da baixa capacidade de armazenamento de água no subsolo e uma geomorfologia caracterizada por um processo de erosão superior ao processo de deposição, transformando as áreas semiáridas mais vulneráveis em desertos.

Segundo Castro (2009), além das vulnerabilidades climáticas características do semiárido, os recursos hídricos no Estado caminham para a insuficiência ou apresentam elevados índices de poluição, o que torna a situação ainda mais grave em virtude da água ser o fator crítico do semiárido – primeiro, porque é o limitador da ocupação humana; segundo, porque é o inibidor das atividades produtivas.

Para Andrade (1987, p.13), os principais problemas que pesam sobre a questão agrária, não apenas no Ceará, mas para o Nordeste com um todo são:

O predomínio do latifúndio, a baixa utilização da terra, a dificuldade de acesso do produtor à propriedade e à posse da terra, os baixos níveis de produção agrícola, à orientação da política governamental, estimulando a produção para a exportação, e a assistência aos grandes e médios produtores, em detrimento dos pequenos produtores.

A distribuição fundiária é um dos aspectos mais importantes em qualquer processo de desenvolvimento rural, onde, dependendo dos índices de desigualdades, pode atuar como sério entrave ao alcance dos resultados das políticas desenvolvimentistas dirigidas ao meio rural (AGUIAR, 2006).

A discussão geográfica leva em consideração tanto as dinâmicas da natureza, quanto as dinâmicas territoriais. Vale ressaltar que, apesar de não dissociadas, o presente estudo busca entender somente a dinâmica existente entre dois períodos a partir do território, sem aprofundar a discussão sobre as possíveis causas.

Sendo o capital “terra” fator indispensável para a produção, o estudo da estrutura fundiária de uma região justifica-se pela importância da distribuição fundiária no funcionamento do sistema econômico, pois regiões com grande concentração de terra colocam em risco o seu desenvolvimento.

A importância do estudo das dinâmicas territoriais se dá em virtude da caracterização e conseqüentemente do entendimento da evolução da estrutura e da distribuição fundiária, da ocupação das áreas rurais, além de possibilitar o entendimento das diferenças territoriais rurais entre as regiões no estado do Ceará.

Desta feita, a proposta central deste estudo trata-se da caracterização da dinâmica territorial rural no estado do Ceará entre os últimos dois Censos Agropecuários a partir das informações sobre a estrutura fundiária, condição legal das terras, formas de utilização dos estabelecimentos rurais e atividades desempenhadas pelos produtores, em que as informações estão agrupadas de acordo com as macrorregiões de planejamento, as quais subdividem o Estado em oito territórios: Região Metropolitana de Fortaleza, Litoral Oeste, Sobral/Ibiapaba, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Baturité, Litoral Leste/Jaguaribe e Cariri/Centro Sul.

1.2 Objetivos

Objetivo Geral

Caracterizar a dinâmica territorial rural do estado do Ceará e entre as macrorregiões de planejamento a partir dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

Objetivos Específicos

- Analisar a estrutura fundiária do estado do Ceará de acordo com três estratos de área (menos de 10 ha, de 10 ha a menos de 100 ha e de 100 ha e mais) entre os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006;
- Caracterizar a condição legal das terras entre os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006;
- Analisar as formas de obtenção das terras do produtor proprietário, segundo o Censo Agropecuário de 2006;
- Analisar as formas de utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários entre os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 ;
- Caracterizar a condição do produtor em relação às terras, segundo grupos de atividades econômicas de acordo com o Censo Agropecuário de 2006.

2. UM BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO CEARÁ

O processo de formação do território cearense ocorreu através da ocupação desta Capitania pelos europeus e se deu tardiamente em relação à ocupação da zona da mata nordestina ou as regiões litorâneas produtoras da cana-de-açúcar, acontecendo apenas no final do século XVII em razão da formação dos territórios da pecuária, o qual foi o responsável pela interiorização das capitanias do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (PONTES, 2009).

Antes disso, as terras do Siará Grande, como era conhecido o Ceará, não atraía qualquer tipo de interesse, como retrata Girão (1995,p.71),

Os homens brancos encontrados entre os nativos, pelos primeiros exploradores, aqui chegavam como piratas aventureiros, sem nenhuma iniciativa colonizadora. As tentativas de conquista portuguesa, a partir de 1603, e o domínio holandês não objetivaram os efeitos desejados. Até mesmo depois de efetuado o domínio português, continuou o Ceará o seu acanhado desenvolvimento em volta do pequeno forte, sem nenhuma mudança estrutural na sua economia.

A partir da divisão territorial do trabalho, onde o litoral era ocupado pelo cultivo da cana-de-açúcar e o interior do Brasil pela extração de minerais preciosos, iniciou-se também uma ocupação do interior através da criação de gado, dando origem à formação de grandes latifúndios. De acordo com Pontes (2009, p. 17), “[...] No século XVIII, o domínio dos latifúndios já se fazia presente, sendo expressivo na Bahia, no território banhado pelo Rio São Francisco e no Sertão Setentrional do Nordeste, incluindo o Ceará”.

Segundo Andrade (2005), o gado teve grande importância na ocupação dos Sertões Nordestinos e do Litoral Setentrional. A necessidade de grandes extensões de terras para a criação dos animais em sistema extensivo motivou as concessões de sesmarias nas áreas sertanejas, as quais consistiam de grandes extensões de terras que suscitavam disputas de famílias, marcando a conquista do sertão pela luta em função da terra. Pode-se afirmar, então, que a pecuária foi o modelo de produção que determinou a ocupação dos Sertões Nordestinos.

Ainda segundo Pontes (2009, p. 22),

Pode-se observar dois grandes períodos de definição das primeiras células básicas do Estado, que chamamos de configuração inicial do território, que estaria sendo formado pelas primeiras 16 Vilas, que deram origem aos atuais 184 municípios cearenses. O primeiro período foi relativo ao início da ocupação, referente à colonização portuguesa e à retirada do indígena do território que seria destinado à pecuária (de 1699 a 1762). No segundo momento, a atividade pecuária teria desencadeado um fluxo comercial e de serviços a partir de seus produtos.

A pecuária viabilizou a ocupação do Ceará a partir da necessidade de terra para o desenvolvimento da atividade, sendo a responsável por consolidar no ano de 1720 a ocupação

da capitania, onde o território indígena passou a ser o território da pecuária (PINHEIRO, 2000).

A semiaridez, presente em quase todo o espaço do Ceará, não impediu que a pecuária extensiva se desenvolvesse ao longo das margens dos rios intermitentes, onde as sesmarias eram alocadas de forma perpendicular com o intuito de dar acesso à água ao maior número de beneficiários. Os pontos essenciais da colonização do Ceará foram os vales dos rios Jaguaribe e Acaraú, onde os colonizadores, querendo as primeiras sesmarias interioranas, vieram a instalar-se.

A expansão das fazendas também provocou o aumento substancial do número de bovinos. Inicialmente o gado era comercializado vivo nas feiras pernambucanas e no recôncavo baiano. Entretanto, mesmo comercializando o gado em Pernambuco, o negócio não era rentável, uma vez que o gado emagrecia ao longo do percurso, ficando debilitado ao ponto de não ter condições de ser abatido. A solução para este problema foi comercializar o gado abatido transformado em carne seca salgada e em couro, com isso surgiram as charqueadas, fábricas de beneficiar a carne, as quais foram instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú (GIRÃO, 1995).

As charqueadas tiveram grande importância no processo de ocupação do Ceará, pois favoreceu uma rede comercial dentro da capitania, abrindo novos caminhos e dando início a um processo de industrialização e urbanização do Estado.

As boiadas que antes deslocavam para as feiras pernambucanas e baianas começavam a rumar em direção à foz de suas próprias ribeiras. Este movimento revolucionou a feição econômica, social e política da Capitania. O litoral e o sertão interpenetrando-se comercialmente e os laços administrativos entre as duas zonas tornaram-se mais significativos. Os mais longínquos centros sertanejos nutriam-se com as utilidades de outros centros, remetendo em troca os produtos da terra. (GIRÃO, 1995, p.74).

No século XVIII, a produção de charque pôs em destaque as vilas de Aracati e Sobral, concorrendo com Fortaleza. Tais centros eram, estrategicamente, elevados à condição de Vila pela Coroa Portuguesa com o intuito de estabelecer uma rede de domínio sobre o interior da Capitania. Durante esse século, o comércio no Ceará girou em torno das charqueadas e da comercialização da carne-seca. Tal produção teve sua extinção na última década do século XVIII, desencadeada pelas crises climáticas nos anos 1777-1778 e 1790-1793, e seus efeitos foram calamitosos, tanto econômicos como sociais (BORGES et al., 2012).

A expansão das culturas agrícolas foi mínima, em termos de áreas, ficando restrita à agricultura de subsistência. De acordo com Pontes (2009), a agricultura não se desenvolveu neste período devido às grandes distâncias do mercado entre litoral e sertão, e também, devido

às péssimas condições das estradas que reduziam a comercialização interna dos produtos. Além disso, havia a escassez de mão-de-obra, visto que a pecuária era uma atividade que inviabilizava o uso da mão-de-obra escrava negra, devido aos elevados preços diante dos valores obtidos com os produtos agrícolas no mercado interno. Isso fez com que se utilizasse a mão-de-obra livre e migrante de outras áreas de produção, além de parte da população indígena que havia sido catequizada.

Segundo Assis e Sampaio (2012), entre 1720 e 1840, o Ceará permaneceu na era de domínios territoriais com base na pecuária, mesmo período em que teria início a produção do algodão e outras ocupações territoriais nas regiões de serra.

O algodão já era explorado no território nordestino desde o início de seu povoamento como forma de suprir os trabalhadores de tecidos para as suas confecções pessoais e domésticas. No ano de 1777, os produtores e comerciantes cearenses de algodão tentaram atingir o mercado externo, através de Portugal. Entretanto, as relações de subordinação à capitania de Pernambuco impediram a comercialização, fato este que fez com que a produção de algodão fosse contida. Somente em 1808, com a abertura dos portos, investidores internacionais passaram a aplicar capital em território cearense favorecendo a produção de algodão (PONTES, 2009).

A economia algodoeira determinou a fixação e a imigração de trabalhadores, além de demandar o trabalho da população indígena residente nos aldeamentos ou sob controle dos padres jesuítas nas missões. O auge desta economia no território cearense e nordestino foi o período que compreendeu a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), o qual era o principal fornecedor de matéria-prima têxtil no mercado europeu.

A cultura do algodão se desenvolvia não apenas em grandes latifúndios, mas também em médias e pequenas propriedades, além de possibilitar o binômio gado-algodão. Esta cultura se adequou perfeitamente às condições naturais de semiaridez do sertão cearense, além de fornecer alimento para o gado através de suas folhas. Tal atividade possibilitou também a liberação de áreas para a agricultura de subsistência.

Em contrapartida, a cana-de-açúcar e o café tiveram pouca importância no processo de formação do território cearense, pois nunca se configuraram como o principal produto ou uma monocultura, consequência do regime de semiaridez que se faz presente em quase todo o estado, tornando-o impróprio para tais culturas e restringindo-as a determinadas áreas de exceção como as Serras de Meruoca, Baturité, Ibiapaba e parte do Cariri. Ainda assim, o

Ceará tornou-se exportador de café em determinados momentos favoráveis à exportação, surgindo, em Baturité, uma pequena nobreza dos proprietários dos cafezais.

A retrospectiva da formação territorial do estado do Ceará possibilita a análise dos fatores econômicos como fatores determinantes da configuração básica do território e das áreas rurais. O modelo de ocupação do Ceará traçado pela pecuária extensiva atendeu exclusivamente aos interesses dos pecuaristas, diante da necessidade de grandes extensões de terras para a atividade, influenciando a configuração atual do território cearense, assim como a configuração da distribuição, uso e posse da terra nas áreas rurais do Estado.

3. CONCEITUAÇÕES DE TERMOS EMPREGADOS

Estabelecimento agropecuário – é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável;

Estrutura agrária – expressão utilizada em sentido amplo, significando a forma e acesso à propriedade da terra e à exploração da mesma, indicando as relações entre os proprietários e os não proprietários, as formas como as culturas se distribuem pela superfície da terra e como a população se distribui e se relaciona aos meios de transporte e comunicações;

Estrutura fundiária – refere-se à organização das propriedades rurais quanto ao número, tamanho e distribuição no país e corresponde, ainda, ao modo como as propriedades rurais estão dispersas pelo território brasileiro, facilitando a compreensão das desigualdades que acontecem no campo;

Produtor – é a pessoa física ou jurídica responsável pelas decisões na utilização dos recursos, e que exerce o controle administrativo das operações relativas às explorações do estabelecimento agropecuário, com a responsabilidade econômica e/ou técnica sobre a exploração, sendo ou não o proprietário da terra;

Terras arrendadas – propriedade de terceiros que estava sendo explorada pelo produtor, mediante pagamento previamente ajustado, de uma quantia fixa, em dinheiro ou sua equivalência em produtos;

Terras em parceria – propriedade de terceiros que estava sendo explorada pelo produtor, mediante pagamento de parte da produção (meia, terça, quarta, etc.), previamente ajustado entre as partes;

Terras ocupadas – propriedade pertencente a terceiros, pela qual o produtor nada pagava pelo seu uso (ocupação, posse ou cessão);

Produtor sem área – produtor obteve produção (vegetal ou de origem animal), porém não detinha área específica para a sua produção, na data de referência;

Terras sem titulação definitiva – Terras concedidas por órgãos fundiários tais como: título de domínio ou concessão de uso, título de ocupação colonial, título provisório, etc.;

Compra via crédito fundiário (Cédula da Terra, Banco da Terra ou outras) – quando o estabelecimento fosse comprado por meio de Crédito Fundiário Federal, Estadual ou Municipal;

Titulação via reforma agrária, programa de assentamento ou aguardando titulação – quando o estabelecimento fosse obtido por meio de título via reforma agrária, programa de reassentamento, inclusive a regularização de terras de quilombos;

Usucapião - posse da terra obtida sem oposição, após cinco anos ininterruptos, de área rural não superior a cinquenta hectares, desde que o requerente não seja possuidor de qualquer outro imóvel, seja este rural ou urbano e que este torne a propriedade produtiva, conforme a Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981;

Lavoura permanente – compreende o cultivo de plantas perenes, isto é, de ciclo vegetativo de longa duração. Essas plantas produzem por vários anos sucessivos sem a necessidade de novos plantios após colheita, sendo utilizadas técnicas de cultivo tradicional, orgânico, assim como o cultivo de plantas modificadas geneticamente;

Lavoura temporária – Compreende o cultivo de plantas de ciclo vegetativo de curta duração, até um ano, utilizando técnicas de cultivo tradicional, orgânico, ou ainda o cultivo de plantas modificadas geneticamente;

Pecuária - Este grupo compreende a criação e a produção animal, exceto animais aquáticos. Neste grupo as classes de atividades são organizadas segundo a espécie animal. Compreende também a criação de animais modificados geneticamente. Não compreende o alojamento do gado por curta duração;

Produção florestal – florestas plantadas – compreende o cultivo de espécies florestais madeireiras: plantio, replantio, raleamento, transplante e conservação florestal; o abate de árvores de florestas plantadas; os viveiros florestais; a produção de madeira em toras em florestas plantadas: para usos industriais (celulose, movelaria, indústria naval, de construção e outras), para lenha, carvão vegetal (através de método tradicional), estacas e postes, para a produção de produtos não-madeireiros em florestas plantadas: cascas de acácia-negra, folhas

de eucalipto e resinas. Esta classe não compreende a extração de madeiras em florestas nativas, a colheita de produtos silvestres e o desdobramento de madeira;

Produção florestal – florestas nativas – Esta classe compreende a produção de lenha, carvão vegetal (através de método tradicional), estacas e postes a partir de madeira extraída de florestas nativas; a colheita de produtos florestais silvestres tais como: látex, babaçu, cera de carnaúba, castanha-do-pará, resinas e outros produtos provenientes de florestas nativas; o florestamento e o reflorestamento de florestas nativas. Não compreende a produção de madeiras em florestas plantadas e o desdobramento de madeira.

4. METODOLOGIA

4.1 Natureza e fonte dos dados

Foram utilizados dados secundários coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 para o estado do Ceará.

O Censo Agropecuário é a maior pesquisa estatística realizada no Brasil com o intuito de produzir e disponibilizar informações exclusivamente sobre as características dos estabelecimentos, dos produtores e das atividades agropecuárias. Trata-se de uma pesquisa com periodicidade decenal, onde os dados são coletados diretamente nos estabelecimentos agropecuários, independente do tamanho, da forma jurídica, do tipo de atividade exercida, ou se está localizado em áreas rurais ou urbanas (IBGE, 2009).

As informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário são de extrema relevância para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisão seja de órgãos públicos ou privados. Isso se justifica pelo fato de que pesquisas como essas refletem de fato a realidade social, econômica e ambiental.

Os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário brasileiro são a principal fonte de informações para analisar as dinâmicas rurais no País. No entanto, para analisar as mudanças recentes na estrutura fundiária e nas atividades desenvolvidas pelos produtores rurais existem problemas de compatibilidade dos dados entre os Censos de 1995/96 e 2006. O Censo Agropecuário de 2006 tem o ano civil como período de referência, ou seja, os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006, enquanto que o Censo de 1995/96 considerou o ano agrícola de 1º de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996 (HOFFMANN; NEY, 2010). Além disso, há diferenças na classificação das atividades econômicas o que inviabiliza a comparação entre os dois períodos.

Em 1995/96, o IBGE considerava os assentados sem titulação definitiva como ocupantes, embora houvesse o reconhecimento de que alguns entrevistados, por já ocuparem aquela propriedade há muito tempo, podiam ser declarados proprietários. Por isso, o IBGE (2009, p.33) recomenda que no *“acompanhamento da série histórica, a categoria Ocupante em 1995-1996 pode ser confrontada com os dados de 2006 dos totais entre as categorias Assentado sem Titulação e Ocupante”*.

No último Censo, foram inseridas duas novas categorias na variável condição do produtor em relação às terras. Durante a aplicação dos questionários, quando era identificada a existência de atividade agropecuária desvinculada do responsável pelo estabelecimento, o

IBGE passou a classificar a atividade do empregado como outro estabelecimento, considerando-o como *produtor sem área*.

O conceito de atividade econômica também mudou entre os dois Censos. Para o Censo agropecuário de 1995/96, o conceito de atividade econômica do estabelecimento agropecuário foi atribuído segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE 1.0, o qual classificou o estabelecimento agropecuário cuja atividade desenvolvida apresentava um valor de produção igual ou superior a 2/3 do valor total de produção do estabelecimento, ou seja, as demais atividades desempenhadas no estabelecimento que apresentavam valor de produção inferior a 2/3 eram desconsideradas. Em seguida verificava-se a variabilidade que implicava dizer qual tipo de produção/criação da pecuária teria sido mais expressiva para que se pudesse determinar, por meio de classificação simples, a atividade econômica. Se o estabelecimento apresentasse valores de produção equivalentes para atividades diversas, a classificação atribuída seria Atividade Econômica mista.

No Censo Agropecuário de 2006, foi adotada a codificação da CNAE 2.0, a qual atribuiu a atividade econômica do estabelecimento agropecuário à predominância simples da atividade que apresentava o maior valor de produção, independente da variabilidade. Sendo assim, após relacionar todas as atividades desempenhadas dentro do estabelecimento agropecuário, a atividade econômica a ser considerada seria aquela em que produto obtivesse o maior valor de produção. A classificação de Atividade Econômica Mista foi extinta. Dessa forma, não foi possível realizar uma análise comparativa da atividade econômica entre os dois Censos.

4.2 Método de Análise

A metodologia utilizada no estudo foi a análise descritiva e estática comparativa¹. Estes métodos permitiram analisar o grande volume de dados fornecidos pelos Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 em relação às informações territoriais, possibilitando caracterizar o cenário territorial rural no estado do Ceará, assim como possibilitaram verificar a dinâmica territorial rural ocorrida entre 1996 e 2006.

¹A estática comparativa refere-se a comparação de diferentes estados de equilíbrio, os quais estão associados a diferentes conjuntos de valores de parâmetros e variáveis exógenas. Neste tipo de comparação, inicia-se admitindo um estado inicial de equilíbrio. Se houver uma variação que provoque desequilíbrio no modelo, sob a forma de uma variação no valor de algum parâmetro ou variável exógena, o equilíbrio inicial será perturbado. Como resultado, diversas variáveis endógenas terão de passar por certos ajustes. Na análise estática comparativa, despreza-se o processo de ajustes das variáveis; a comparação é meramente entre o estado de equilíbrio inicial e o estado de equilíbrio final. Elimina-se ainda a possibilidade de instabilidade de equilíbrio (CHIANG, 2005, p. 121).

Os métodos descritivos tem a função de proporcionar informações resumidas dos dados contidos no total de elementos estudados. Para Gil (2008), este método de análise tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Entretanto, segundo Vergara (2000, p.47), a análise descritiva “[...] não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”.

Em resumo, a análise descritiva tem o objetivo de representar de forma concisa, sintética e compreensível a informação contida num conjunto de dados. A relevância deste tipo de análise se dá quando o volume de dados é amplo, materializando-se na elaboração de tabelas e gráficos ou no cálculo de medidas e indicadores que melhor representem a informação contida nos dados.

O método comparativo, por sua vez, ocupa-se da explicação dos fenômenos e “permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 107). Este método realiza comparações com a finalidade de verificar semelhanças e explicar divergências. É utilizado para fazer comparações entre grupos ou entre diferentes períodos.

Para Gil (2008), o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos com vistas a ressaltar as diferenças e as similaridades entre eles. “Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo.” (GIL, 2008, p. 16-17).

Atualmente, o estado do Ceará é composto por 184 municípios. A regionalização atual dos municípios, adotada pela Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), é composta por oito (8) macrorregiões de planejamento e foi instituída pela Lei N° 12.896 do ano de 1999. As regiões são formadas de acordo com os aspectos físicos, geográficos e de estrutura produtiva.

Desta feita, os dados relativos à estrutura fundiária, à condição legal da terra e à forma de utilização dos estabelecimentos rurais foram subdivididos de acordo com macrorregiões de planejamento para que se tornasse possível a análise das diferenças territoriais para as diversas regiões do estado.

A análise da estrutura fundiária se deu através da divisão da área total e dos estabelecimentos rurais em três estratos de área: menos de 10 hectares, de 10 a menos de 100 hectares e de 100 hectares e mais.

As informações relativas à forma de aquisição da terra do produtor proprietário e a condição do produtor em relação às terras, segundo grupos de atividades econômicas, se deu através de análise descritiva, não sendo possível fazer a análise comparativa entre os dois períodos devido à incompatibilidade das informações entre os dois Censos Agropecuários.

A análise dos dados se deu por meio de tabelas e gráficos a partir de um banco de dados fornecidos pelo IBGE, onde as informações foram armazenadas e tratadas a partir do *software* Excel 2010.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Análise da estrutura fundiária

Para fins de análise da estrutura fundiária do estado do Ceará, os dados de área total e número de estabelecimentos agropecuários foram divididos em três estratos fundiários: menos de 10 ha (pequeno), de 10 a menos de 100 ha (médio) e a partir de 100 ha.

A Tabela 1 caracteriza o território rural do estado do Ceará de acordo com o estrato de área entre os anos de 1995/96 e 2006, informando o número total de estabelecimentos, a área total e a área média em hectares dos estabelecimentos rurais.

Tabela 1- Número de estabelecimentos rurais, área total e área média, segundo o estrato de área no estado do Ceará entre 1995/96 e 2006.

Estrato de Área	1996			2006		
	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área Média (ha)	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área Média (ha)
Total	343.083	8.963.578	26,1	340.541	7.937.721	23,3
Menos de 10 ha	248.686	633.415	2,5	256.460	533.770	2,1
De 10 a menos de 100 ha	76.603	2.482.052	32,4	68.571	2.255.093	32,9
De 100 ha e mais	17.794	5.848.111	328,7	15.510	5.148.858	332,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

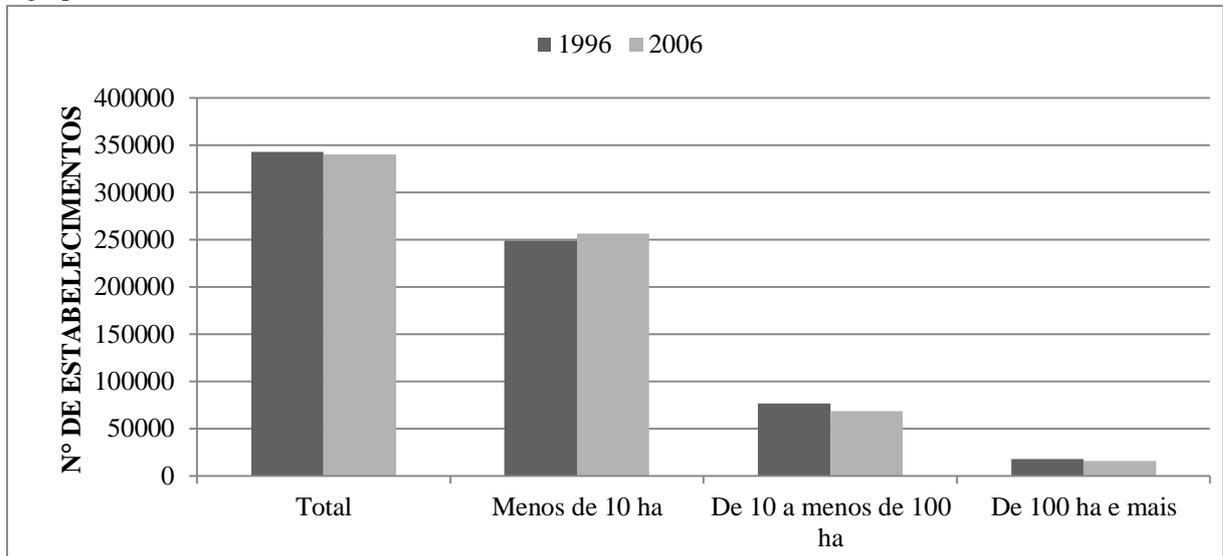
Os resultados mostraram que houve uma redução de 0,74% do número total de estabelecimentos rurais e uma redução de 11,44% da área total entre os anos de 1996 e 2006. A área média passou de 26,1 ha em 1996 para 23,3 ha no ano de 2006, havendo uma redução de 10,7% da área média dos estabelecimentos rurais.

O estrato com área inferior a 10 hectares apresentou uma elevação do número de estabelecimentos (+3,1%) e uma redução de 15,7% da área total e 18,2% da área média, sendo que a área média no ano de 2006 foi de apenas 2,1 ha. Quanto ao estrato de área intermediário, verificou-se o encolhimento tanto do número de estabelecimentos (-10,4%) quanto da área total (-9,14%), havendo apenas um leve aumento da área média (+1,5%), sendo esta de 32,9 hectares no ano de 2006. Em relação ao estrato fundiário acima de 100 hectares, verificou-se também a diminuição do número de estabelecimentos (-12,8%) e da área total (-11,9%), sendo sua área média de 332 hectares.

Os Gráficos 1 e 2 evidenciam a elevada desigualdade na distribuição da posse da terra no estado do Ceará. Enquanto os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam 75,3% do número total de estabelecimentos, os mesmos ocupam apenas 6,7% da área total para o ano de 2006. No extremo oposto, observa-se que os estabelecimentos com área superior a 100 hectares representam apenas 4,6% do número total de estabelecimentos e

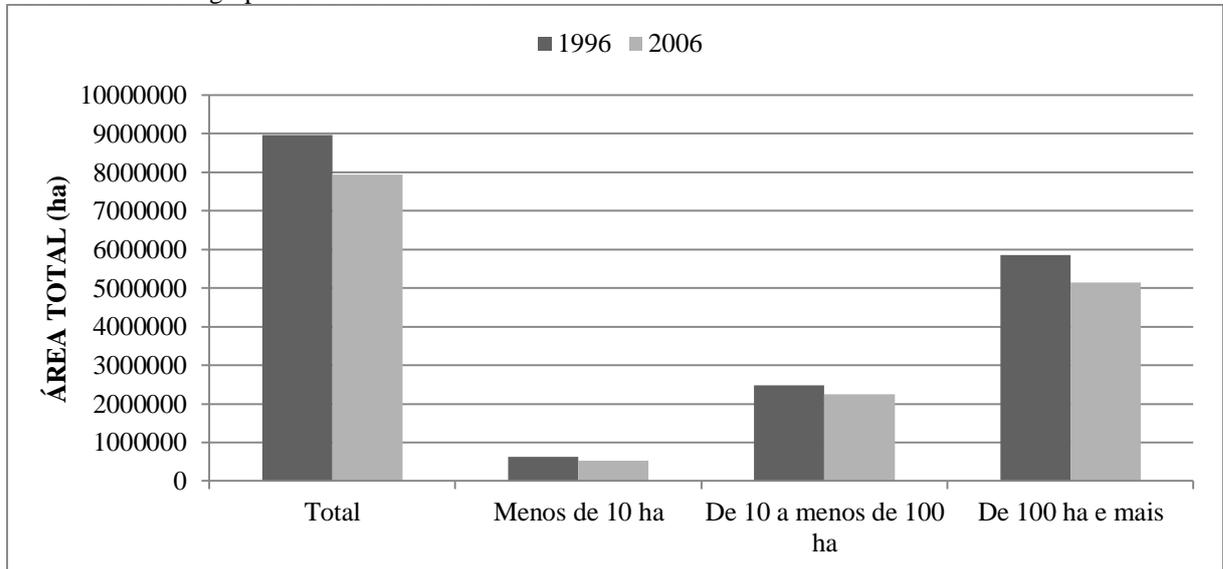
ocupam 64,9% da área total no Estado. No ano de 2006, área total ocupada pelos estabelecimentos com estrato de área de 100 hectares e acima chega a ser quase 10 vezes maior que a área total ocupada pelas propriedades com área inferior a 10 hectares.

Gráfico 1- Distribuição dos estabelecimentos rurais, segundo três estratos de área para o estado do Ceará. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Gráfico 2- Distribuição das áreas totais dos estabelecimentos rurais, segundo três estratos de área para o estado do Ceará. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

As Tabelas 2 e 3 caracterizam a estrutura fundiária do Estado de acordo com o estrato de área por macrorregião para os anos de 1995/96 e 2006, respectivamente. Os resultados contidos nas referidas Tabelas mostram que houve redução da área total para todas as regiões entre os dois Censos Agropecuários.

Tabela 2- Número e área total dos estabelecimentos agropecuários, conforme três estratos de área por macrorregião. Censo Agropecuário 1995/96.

Macrorregião	Número de estabelecimentos					Área ocupada pelos estabelecimentos				
	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 ha e mais	Total	%	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 ha e mais	Total	%
RMF	14.603	2.476	634	19.709	5,5	25.309	73.559	254.080	352.948	3,9
Litoral Oeste	28.988	7.870	1.723	40.577	11,3	76.628	244.301	595.544	916.473	10,2
Sobral/Ibiapaba	43.815	8.717	1.497	56.025	15,6	108.243	254.779	527.374	890.396	9,9
Sertão dos Inhamuns	23.713	10.012	3.953	39.674	11,0	70.010	367.042	1.269.843	1.706.895	19,0
Sertão Central	28.901	15.223	3.837	49.957	13,9	89.340	520.664	1.321.024	1.931.028	21,5
Baturité	13.827	3.592	581	19.996	5,6	28.895	113.918	164.024	306.837	3,4
Litoral Leste/ Jaguaribe	21.692	9.257	2.183	35.128	9,8	65.058	280.699	882.083	1.227.840	13,7
Cariri/Centro Sul	73.147	19.456	3.386	97.985	27,3	169.932	627.090	834.139	1.631.161	18,2

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

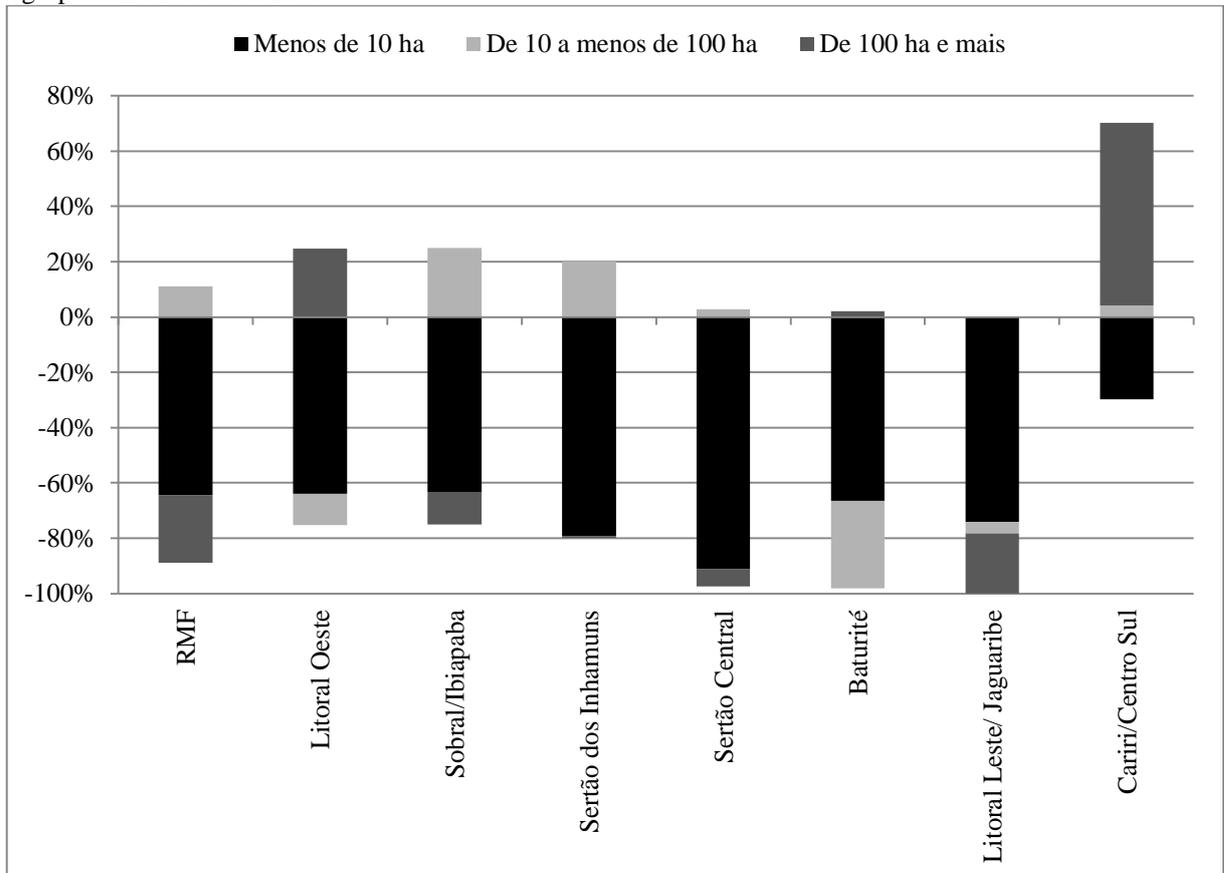
Tabela 3- Número e área total dos estabelecimentos agropecuários, conforme três estratos de área por macrorregião. Censo Agropecuário 2006.

Macrorregião	Número de estabelecimentos					Área ocupada pelos estabelecimentos				
	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 ha e mais	Total	%	Menos de 10 ha	De 10 a menos de 100 ha	De 100 ha e mais	Total	%
RMF	15.196	2.044	542	19.788	5,5	17.787	64.146	190.326	272.259	3,4
Litoral Oeste	40.081	6.220	1.481	49.788	14,0	72.084	181.991	575.160	829.235	10,4
Sobral/Ibiapaba	38.901	6.630	1.586	49.123	13,8	68.170	215.992	528.153	812.315	10,2
Sertão dos Inhamuns	25.177	8.540	3.497	39.220	11,0	60.317	328.105	1.121.760	1.510.182	19,0
Sertão Central	33.583	15.220	3.079	53.888	15,1	84.559	523.381	1.046.797	1.654.737	20,8
Baturité	14.206	2.769	425	19.406	5,4	25.705	82.229	120.464	228.398	2,9
Litoral Leste/ Jaguaribe	22.179	9.350	1.919	35.454	9,9	57.512	281.381	744.444	1.083.337	13,6
Cariri/Centro Sul	67.137	17.798	2.981	89.922	25,2	147.636	577.868	821.754	1.547.258	19,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Conforme mostra o Gráfico 3, a área média para o estrato de área inferior a 10 hectares diminuiu em todas as regiões entre 1995/96 e 2006. Em relação aos demais estratos fundiários, o comportamento da dinâmica territorial se apresentou de forma mais heterogênea, sendo que algumas regiões apresentaram aumento, enquanto outras tiveram as áreas médias reduzidas entre os dois períodos.

Gráfico 3- Variação percentual da área média dos estabelecimentos rurais, conforme três estratos de área. Censo Agropecuário 1996/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

A região de Baturité sofreu a maior queda percentual no tamanho da área total (-25,5%). A área média para os estratos de área inferior a 10 ha e intermediário também reduziram. O primeiro reduziu em 0,3 hectares, passando de 2,1 ha em 1995/96 para 1,8 ha em 2006, enquanto que o segundo teve a área média reduzida em 2,0 ha, passando de 31,7 ha em 1995/96 para 29,7 ha em 2006, respectivamente. Em contrapartida, o estrato de área acima de 100 hectares teve a área média levemente expandida. Em 1995/96 a área média para este estrato era de 282,3 ha, no ano de 2006 a área média aumentou para 283,4 ha.

A RMF sofreu um encolhimento das áreas rurais de 22,8% entre os dois Censos Agropecuários. Os estratos de área inferior a 10 ha e superior a 100 ha também sofreram diminuição da área média. Apenas o estrato intermediário aumentou em 1,7 ha, sendo a área média no ano de 2006 de 31,4 ha. Entretanto, o destaque foi para o estrato de área superior a 100 ha, onde a área média reduziu em 49 ha, sendo a maior redução dentre todas as regiões, ainda assim a região apresentava, no ano de 2006, uma área média de 351,2 ha para o referido estrato de área, valor superior a média do Estado. Enquanto isso, a área média para os

estabelecimentos com área inferior a 10 ha foi, em 2006, de 1,2 ha, a menor área média dentre todas as outras regiões.

O Sertão dos Inhamuns teve suas áreas rurais reduzidas em 11% no período analisado. A redução da área total foi de 148.083 ha. Entretanto, apenas o estrato com área inferior a 10 ha sofreu uma redução significativa da área média (-0,6 ha), sendo a área média para o referido estrato de 2,4 ha em 2006. O estrato de tamanho intermediário teve a área média aumentada para esta região (+1,8 ha), sendo esta de 38,4 ha em 2006, a maior área média para esta categoria dentre as demais regiões. A área média para os estabelecimentos com área superior a 100 ha tiveram uma pequena redução de 0,5 ha, sendo a área média para este estrato de 320,8 ha em 2006.

A região do Litoral Leste/Jaguaribe também sofreu uma redução percentual das áreas rurais de 11%, enquanto que a diminuição total destas áreas foi de 144.533 ha. A área média para os estabelecimentos com área inferior a 10 ha reduziram de 3,0 ha em 1996 para 2,6 hectares em 2006. O estrato de área intermediário não sofreu uma variação significativa. Enquanto isso, a área média para os estabelecimentos com área superior a 100 ha diminuiu em 16,1 ha, sendo, em 2006, a área média para estes estabelecimentos de 387,9 ha, ainda assim, esta figura entre as maiores áreas médias do estado para o referido estrato.

A maior redução da área total se deu na região do Sertão Central, diminuindo em 276.291 ha no período do estudo, isso representou uma redução de 14,3% da área. A região também apresentou variação negativa para a área média dos estratos de área inferior a 10 ha e acima de 100 ha, enquanto que o estrato de área intermediário se manteve constante no período de análise. A área média para os estabelecimentos com área inferior a 10 ha passou de 3,1 ha em 1996 para 2,5 ha em 2006. Enquanto isso, os estabelecimentos com área acima de 100 ha reduziram em 4,3 ha, sendo no ano de 2006 a área média para este estrato de 340 ha. Para o estrato intermediário, a área média em 2006 foi de 34,4 ha nesta região.

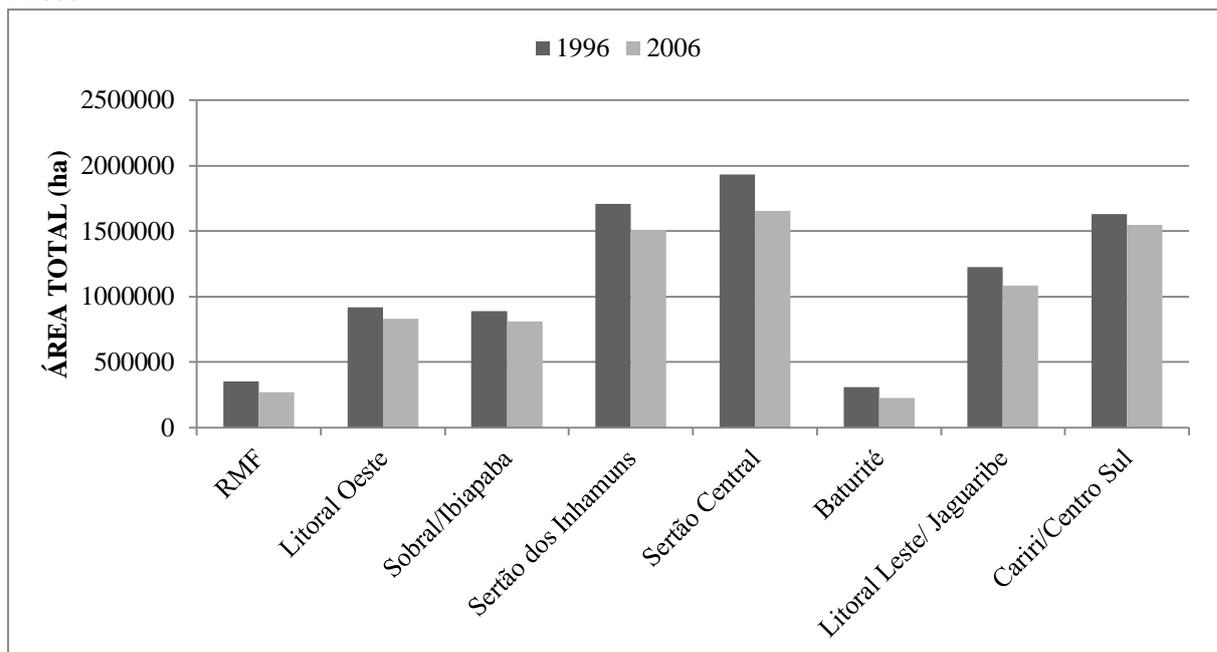
A região do Cariri/Centro Sul foi onde se deu o menor impacto em termos percentuais no encolhimento das áreas rurais, sofrendo uma redução de 5,1% da área total. Para esta região, houve redução da área média apenas dos estabelecimentos com área inferior a 10 ha, ainda assim a redução foi de apenas 0,1 ha, sendo que no ano de 2006 a área média para este estrato foi de 2,2 ha. O estrato intermediário se manteve praticamente constante entre os dois Censos, havendo apenas uma leve variação positiva. Em 2006 a área média para este estrato foi de 32,5 ha. Para o estrato de área acima de 100 ha, ao contrário do que ocorreu com a maioria das regiões, a área média aumentou em 29,3 ha passando a ser de 275,7 ha em 2006.

A região de Sobral/Ibiapaba teve uma redução percentual da área total de 8,7%. A região apresentou, ainda, encolhimento das áreas médias para os estratos com área inferior a 10 ha e acima de 100 ha, sendo esta diminuição de 0,7 ha e 19,3 ha, respectivamente. Em 2006, a área média para os estabelecimentos com área inferior a 10 ha era de 2,6 ha, enquanto que a área média para os estabelecimentos com área superior a 100 ha foi de 333,0 ha. A área média para o estrato de área intermediário apresentou variação positiva entre os dois períodos (+ 3,4 ha), sendo de 32,6 ha a área média para este estrato no ano de 2006.

O Litoral Oeste, assim como as demais regiões do estado, também teve sua área encolhida. A redução percentual foi de 9,5% e a redução em termos totais foi de 87.238 hectares. As áreas encolhidas se referem aos estratos com área inferior a 10 ha e intermediário. Em 1996 a área média dos pequenos estabelecimentos era de 2,6 ha, em 2006 essa área reduziu para 1,8 ha. Em relação ao estrato de área intermediário, em 1996 a área média era de 31,0 ha, em 2006 passou a ser de 29,3 ha. Em contrapartida, o estrato de área acima de 100 ha teve sua área ampliada em 42,7 ha, apresentando, no ano de 2006, uma área média de 388,4 ha, a maior área média dentre todas as regiões para esta categoria.

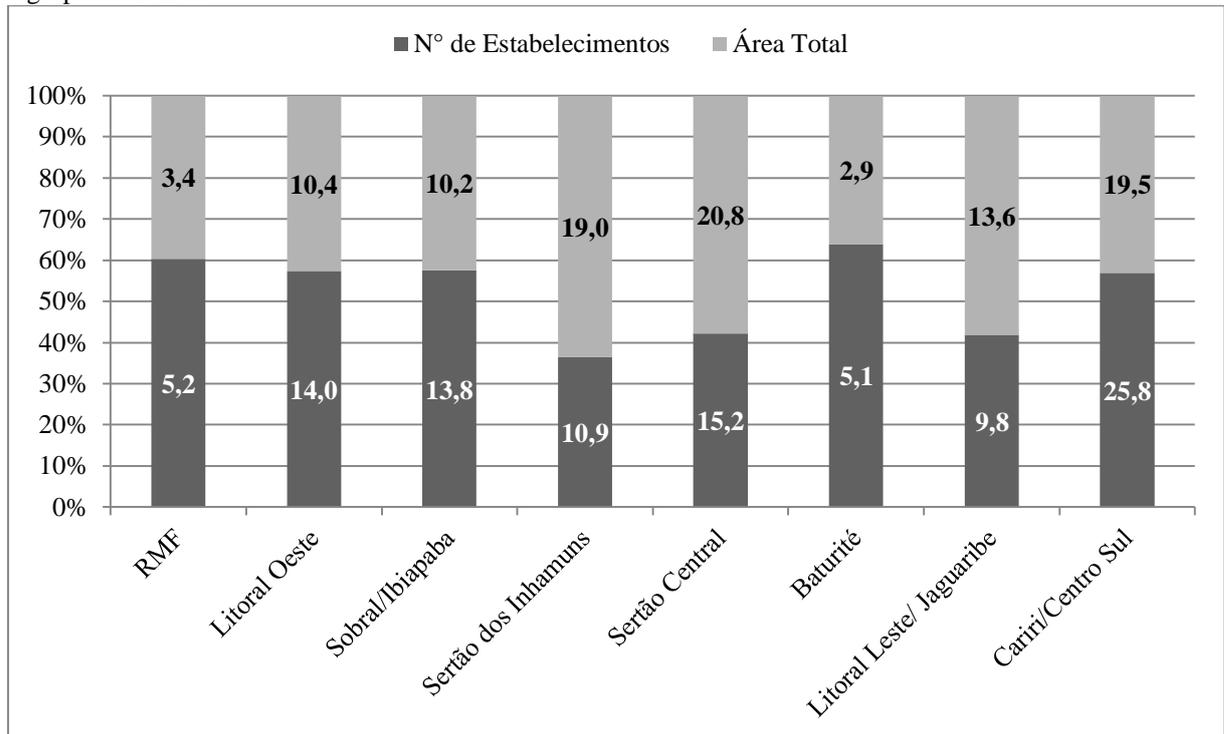
O Gráfico 4 explicita a redução da área total para todas as macrorregiões do Estado entre 1995/96 e 2006, enquanto que o Gráfico 5 ilustra os valores percentuais do número de estabelecimentos rurais e sua área total de acordo com as macrorregiões no ano de 2006.

Gráfico 4- Distribuição da área rural total por macrorregião no estado do Ceará. Censos Agropecuários 1995/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Gráfico 5-Percentual do número e área total dos estabelecimentos agropecuários por macrorregião. Censo Agropecuário 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

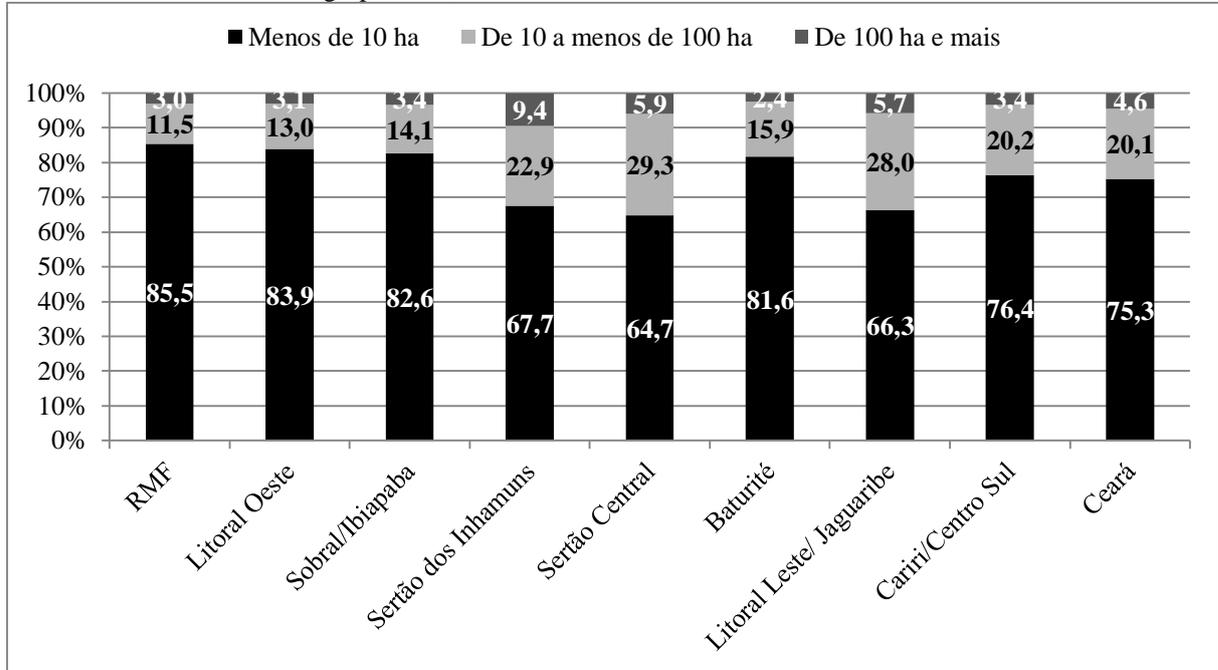
A região do Sertão dos Inhamuns representa 19% do território rural do Estado e apenas 10,9% do total de estabelecimentos rurais, sendo a área média total para os estabelecimentos agropecuários de 38,5 ha, esta é a maior área média dentre todas as regiões. A região de Baturité, no outro extremo, apresenta área média de 13,1 hectares por estabelecimento. Esta região figura como a menor região do estado, representando apenas 2,9% da área total e 5,1% do número de estabelecimentos.

A região do Sertão Central ocupa a maior área rural do estado do Ceará (20,8%) e possui área média por estabelecimento de 31 hectares, seguida pela região do Cariri/Centro Sul (19,5%). Entretanto, esta última representa 25,8% do total de estabelecimentos rurais e área média de 17,6 hectares, enquanto que a primeira representa apenas 15,2% do total de estabelecimentos.

A região do Litoral Leste/Jaguaribe apresenta área média de 32,4 hectares, esta é a segunda maior área média do estado. As regiões do Litoral Oeste e Sobral/Ibiapaba apresentam uma área média de aproximadamente 17 ha cada e a RMF apresenta área média de 15,3 hectares, enquanto que a média para o estado do Ceará é de 23,3 hectares por estabelecimento.

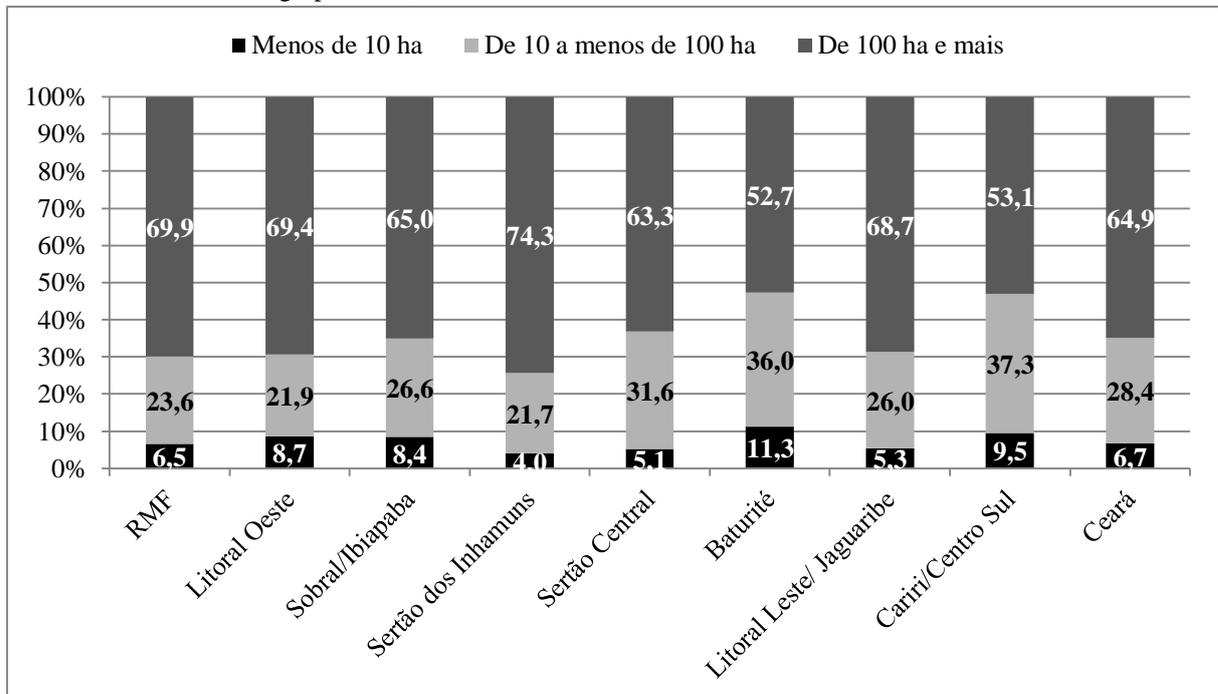
Os Gráficos 6 e 7 expressam a distribuição percentual do número de estabelecimentos e a distribuição percentual da área dos estabelecimentos, respectivamente, conforme a macrorregião e os três estratos de área que foram previamente definidos.

Gráfico 6- Distribuição percentual do número de estabelecimentos agropecuários, conforme a macrorregião e três estratos de área. Censo Agropecuário, 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Gráfico 7- Distribuição percentual da área dos estabelecimentos agropecuários, conforme a macrorregião e três estratos de área. Censo Agropecuário, 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

O Sertão dos Inhamuns se destaca por apresentar o maior número percentual de estabelecimentos, dentre todas as regiões, com estratos de área superior a 100 ha (9,4%). A região apresenta também a maior área percentual, dentre todas as outras regiões, contida neste estrato de área (74,3%). A área ocupada pelos estabelecimentos com o estrato de área acima de 100 ha chega a ser 18 vezes maior que a área ocupada pelos estabelecimentos com estrato de área inferior a 10 ha e três vezes maior que a área ocupada pelos estabelecimentos de tamanho intermediário (entre 10 e menos de 100 ha). Portanto, esta é a região que apresenta a maior concentração fundiária do Estado.

Ainda sobre o Sertão dos Inhamuns, o estrato com área inferior a 10 ha representa 67,7% do total de estabelecimentos e ocupam apenas 4,0% da área total para a região. Os estabelecimentos com estratos de 10 a menos de 100 hectares representam 22,9% do total de estabelecimentos e ocupam 21,7% da área total.

A observância dos dois gráficos anteriores deixa nítida que a concentração fundiária está presente em todas as regiões do estado, sendo que a maior parte dos estabelecimentos possui menos de 10 hectares. Entretanto, a área ocupada por estes estabelecimentos é ínfima quando comparada à área ocupada pelos estabelecimentos com tamanho igual ou superior a 100 hectares, os quais concentram a maior parte da área rural do estado.

No que se refere ao estrato de área de 100 hectares e mais, todas as regiões, com exceção da região de Sobral/Ibiapaba, apresentaram variação negativa entre os dois Censos, sobressaindo-se a região de Baturité e a RMF que tiveram suas áreas encolhidas para este estrato em 26,5% e 25,0%, respectivamente. Quanto ao número de estabelecimentos, semelhante ao que ocorreu com o tamanho da área, apenas a região de Sobral/Ibiapaba aumentou o número de estabelecimentos (+6,0%). As demais regiões apresentaram variação negativa, havendo destaque para a região de Baturité, onde reduziu em 26,8% o número de estabelecimentos relativo a este estrato, e a região do Sertão Central a qual teve a maior redução em valores totais no número de estabelecimentos (-758).

A partir dos resultados obtidos sobre a estrutura fundiária, observa-se que o tamanho da área total dos estabelecimentos rurais no estado do Ceará sofreu uma significativa variação negativa entre 1996 e 2006 e o número total de estabelecimentos sofreu uma leve diminuição entre os dois Censos. Não se pode afirmar que houve redistribuição de terras entre os dois períodos, o que se observa é uma leve fragmentação das propriedades rurais que podem ter ocorrido por fatores diversos. Em relação à redução da área total, um dos principais motivos pode ser o avanço das áreas urbanas.

5.2 Caracterização da condição legal das terras

A condição legal das terras para o estado do Ceará está caracterizada pela Tabela 4 e pelos Gráficos 8 e 9. De acordo com os resultados apresentados, a condição *terras próprias* denota ser a categoria com maior expressão dentro do conjunto de variáveis. Em 1996 a categoria representava 49,6% dos estabelecimentos agropecuários e 88,1% da área total. O Censo Agropecuário de 2006 mostrou que houve um pequeno aumento da quantidade de estabelecimentos na categoria *terras próprias*, subindo para 51,3%, enquanto que o tamanho da área sofreu uma redução de 3,7% passando a ser de 84,5%.

Tabela 4- Caracterização da condição legal das terras por número de estabelecimentos e área total. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.

Condição Legal das Terras	1996			2006		
	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	Área Média (ha)	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	Área Média (ha)
Próprias	168.487	7.904.575	47	187.084	6.715.054	36
Arrendadas	19.379	101.660	5	52.265	276.310	5
Parceria	74.428	320.456	4	46.612	179.659	4
Sem titulação definitiva e Ocupadas	77.308	637.151	8	78.194	777.056	10

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Uma das principais razões para o crescimento do número de estabelecimentos se justifica pela sucessão hereditária, onde há a divisão da propriedade para os herdeiros, favorecendo o aumento do número de propriedades e, conseqüentemente, a fragmentação destas áreas.

As *terras arrendadas* são as que possuíam menor expressão dentro do conjunto em 1996. De acordo com o Censo Agropecuário, essa condição representava apenas 5,7% e 1,0% em relação ao número de estabelecimentos e área total, respectivamente. Em 2006 esta situação se reverteu, passando a categoria a representar 14,3% do número de estabelecimentos e a área 3,5%, valor superior à condição de terras em parceria. Ainda assim, a condição terras em *parceria* e terras *arrendadas* tem pouca relevância quando comparadas com o tamanho das áreas das categorias terras *próprias* e terras *sem titulação definitiva e ocupadas*.

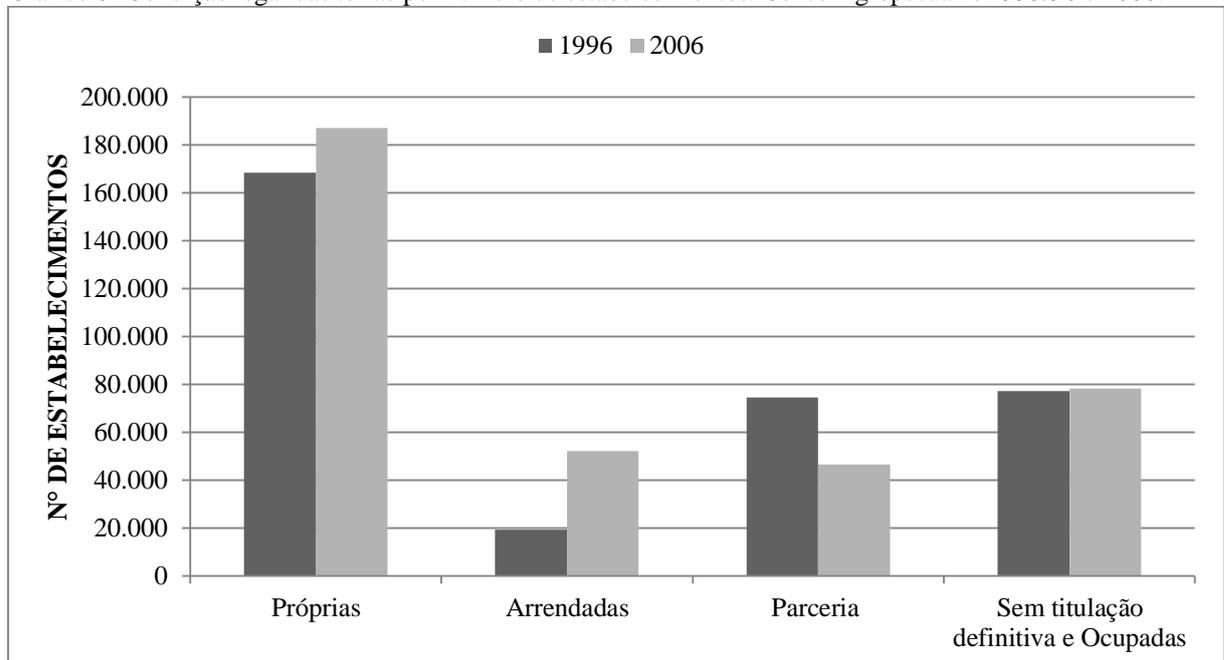
A condição legal *parceria* representava, em 1996, 21,9% dos estabelecimentos agropecuários e uma área de 3,5% do total. A categoria sofreu uma variação negativa de 9,1% em relação ao número de estabelecimentos, passando a representar apenas 12,8%. O tamanho da área também foi reduzido, onde passou a compor 2,3% da área total, uma redução de

aproximadamente 140 mil hectares. Estas informações demonstram o desinteresse crescente dos produtores rurais em trabalharem com esta prática, talvez isso seja reflexo das próprias condições de trabalho que este sistema oferece, onde não há estabilidade e nem autonomia da produção além de revelar que este mercado não desempenha papel significativo como forma de acesso de trabalhadores rurais à terra .

A categoria *terras sem titulação definitiva e ocupadas* se manteve quase que constante entre os dois períodos. Em 2006, esta condição detinha 21,5% do número de estabelecimentos e ocupava aproximadamente 9,8% da área total. Ao comparar os dois períodos, observa-se que houve uma pequena redução do número de estabelecimentos (-1,3%) e um aumento de 2,7% em relação ao tamanho da área total.

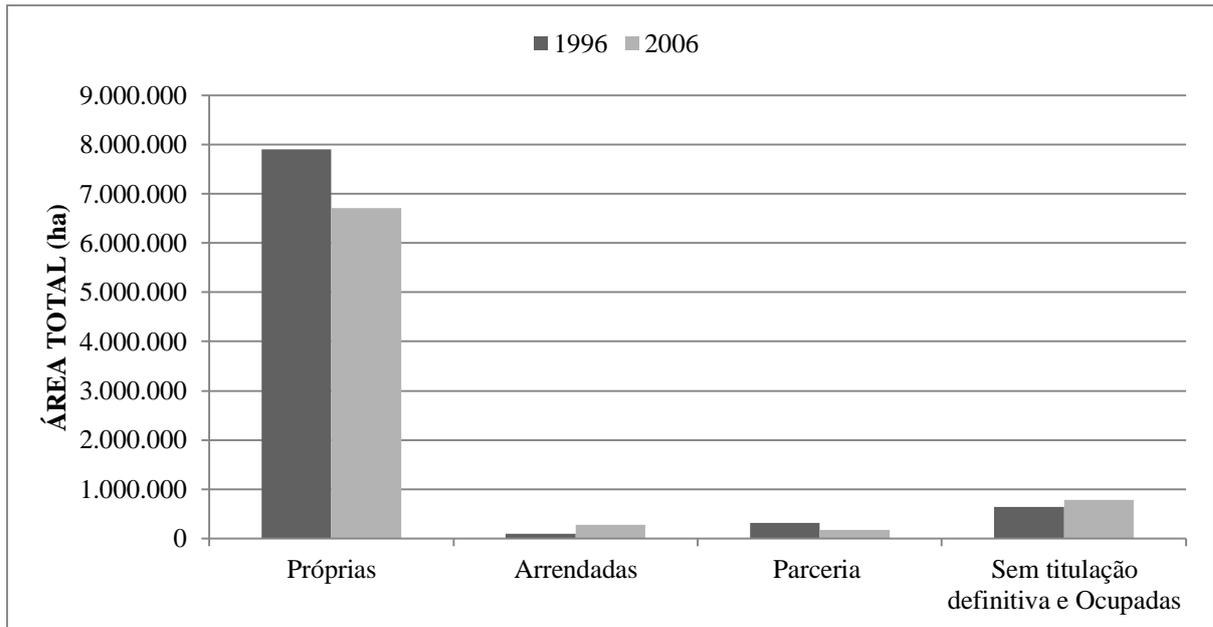
O Gráfico 8 mostra que, em relação à estrutura agrária no estado do Ceará entre 1996 e 2006, aumentou o número de estabelecimentos com titulação própria e terras arrendadas, reduziu a quantidade de estabelecimentos que trabalham em parceria e o número de estabelecimentos sem titulação definitiva ou ocupados manteve-se praticamente constante ao longo do período de análise. O Gráfico 9 evidencia a disparidade que existe entre o tamanho da área total da categoria terras próprias em relação às demais categorias.

Gráfico 8- Condição legal das terras por número de estabelecimentos. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Gráfico 9- Condição Legal da terra, conforme o tamanho da área total. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

A condição legal da terra para as macrorregiões do estado está caracterizada pelas Tabelas 5 e 6 para os anos de 1995/96 e 2006 respectivamente, conforme o tamanho da área e o número de estabelecimentos, enquanto que o Gráfico 10 mostra a variação percentual da condição legal da terra entre os dois períodos.

As variáveis analisadas para caracterizar essa condição foram *terras próprias*, *arrendadas*, *parceria*, *sem titulação definitiva e ocupadas*. No Censo Agropecuário de 1995/96 não existe a variável *terras sem titulação definitiva*, essa categoria foi inserida apenas no Censo Agropecuário de 2006, para resolver este impasse ao fazer uma análise comparativa entre os dois Censos, o IBGE recomenda que a categoria *terras ocupadas* do Censo Agropecuário de 1995/96 seja confrontada com os dados totais das categorias *sem titulação definitiva e ocupadas* de 2006.

Os resultados mostraram que a categoria *terras próprias* sofreu variação negativa em todas as regiões, sendo que RMF teve a maior queda percentual no tamanho da área (-50,9%) ao mesmo tempo em que aumentou em 35% o tamanho das áreas ocupadas e sem titulação definitiva, seguida da região de Baturité onde as terras próprias diminuíram em 31,6%, simultaneamente as áreas ocupadas e sem titulação definitiva aumentaram em 55,6% para esta região.

Tabela 5- Condição legal da terra, conforme a macrorregião. Censo Agropecuário 1995/96.

Macrorregião	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Sem Titulação Definitiva e Ocupada	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
RMF	17639	493383	1233	6541	2069	10275	3011	13159
Litoral Oeste	21489	792775	3362	17525	3907	23371	9831	82843
Sobral/Ibiapaba	24782	748585	2382	12010	14245	53964	12740	75877
Sertão dos Inhamuns	14448	1553283	844	8300	9334	53940	11064	91700
Sertão Central	22121	1696316	1581	16783	9999	51777	14195	166186
Baturité	9798	280883	2177	5359	2965	8261	3067	12357
Litoral Leste/Jaguaribe	18896	1084973	1520	12944	6101	39822	6694	90133
Cariri/Centro Sul	55810	1818423	7769	29401	35051	110592	20523	138634

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Tabela 6- Condição legal da terra, conforme a macrorregião. Censo Agropecuário 2006.

Macrorregião	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Sem Titulação Definitiva e Ocupada	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
RMF	12127	242466	1420	6813	859	5107	3376	17761
Litoral Oeste	28619	743624	6222	19765	3896	12469	9045	63471
Sobral/Ibiapaba	22876	624017	6184	36789	8181	30144	10876	121224
Sertão dos Inhamuns	16596	1341646	5246	34733	4707	16893	10665	116112
Sertão Central	26697	1356802	4903	46419	5280	25853	15003	225579
Baturité	10012	192109	3431	14007	1079	3038	2878	19232
Litoral Leste/Jaguaribe	22689	971786	2263	15996	2541	14032	5955	81516
Cariri/Centro Sul	47468	1374073	13777	47180	13688	38165	12923	87430

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

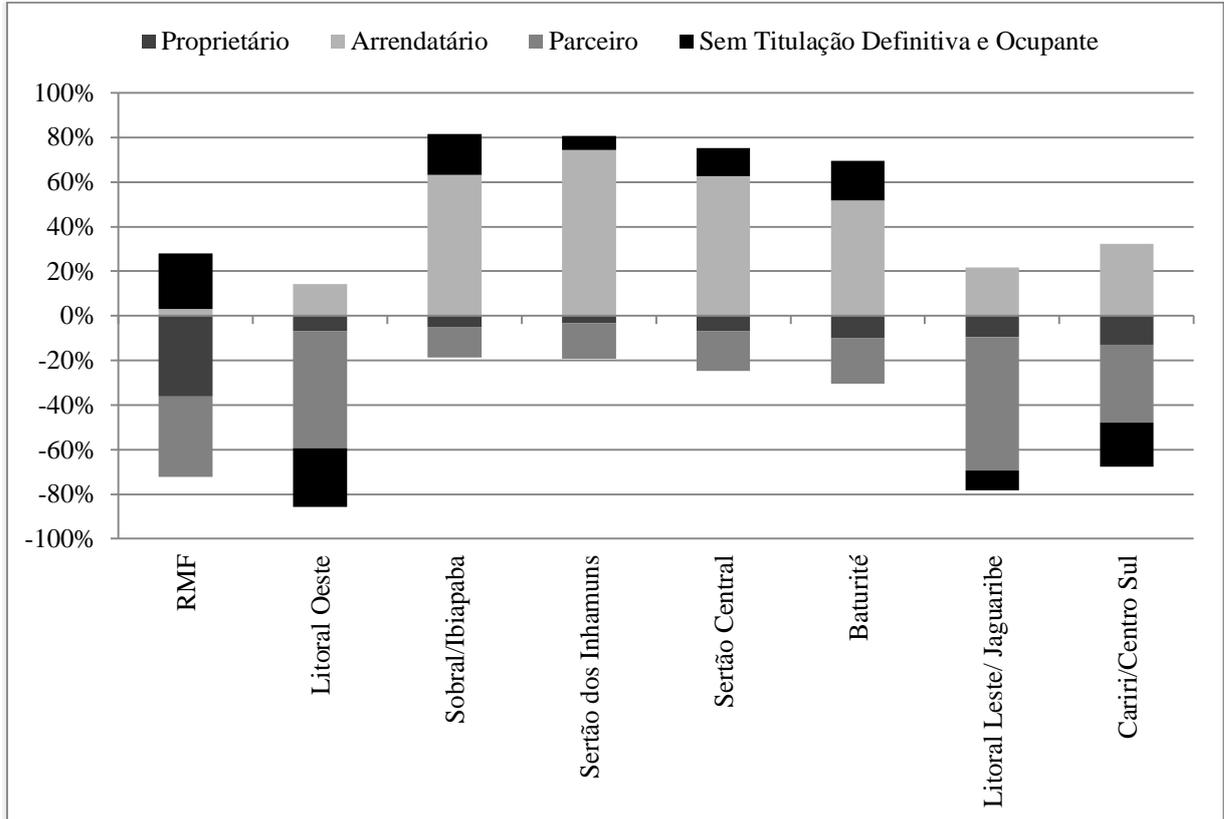
A categoria *terras arrendadas* apresentou variação positiva em todas as regiões. Quatro regiões se destacaram por apresentar um aumento de terras arrendadas em mais de 100%, são elas: Sertão dos Inhamuns (+318,5%), Sobral/Ibiapaba (+206,3%), Sertão Central (+176,6%) e Baturité (+161,4%).

Ao contrário do que ocorreu com *terras arrendadas*, a categoria *terras em parceria* sofreu variação negativa em todas as regiões, sendo que a variação mais expressiva se deu no Sertão dos Inhamuns com -68,7%, seguido das seguintes regiões em ordem decrescente: Cariri/Centro Sul (-65,5%), Litoral Leste/Jaguaribe (-64,8%), Baturité (-63,2%), RMF (-50,3%), Sertão Central (-50,1%), Litoral Oeste (46,6%) e Sobral/Ibiapaba (-44,1%).

As *terras sem titulação definitiva e ocupadas* tiveram suas áreas ampliadas em apenas algumas regiões, foram elas: Sobral/Ibiapaba (+59,8%), Baturité (+55,6%) Sertão Central

(+35,7%), Região Metropolitana de Fortaleza (+35,0%) e Sertão dos Inhamuns (+26,6%). As regiões do Cariri/Centro Sul, Litoral Oeste e Litoral Leste/Jaguaribe reduziram essas áreas em 36,9%, 23,4% e 9,6%, respectivamente.

Gráfico 10- Variação percentual da condição legal da terra por macrorregião total, conforme o tamanho da área total. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

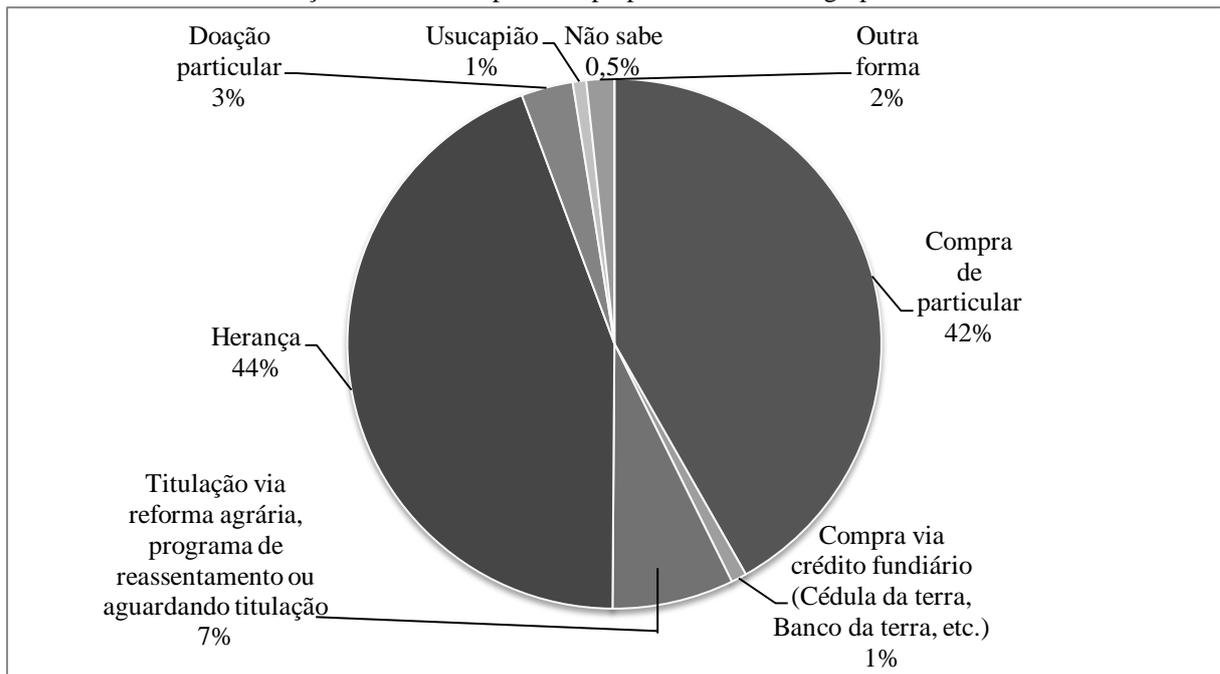
5.3 Formas de obtenção das terras do produtor proprietário

O Gráfico 11 caracteriza as formas de obtenção das terras, segundo o Censo Agropecuário de 2006. Não é possível fazer uma análise comparativa entre os dois Censos, devido não haver esta informação no Censo Agropecuário de 1995/96.

De acordo com o Gráfico 11, observa-se que a maioria das propriedades rurais foi obtida mediante a sucessão hereditária, este valor representa 44% do total analisado. A obtenção via compra de particular representa 42% e é a segunda maior parcela. A titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação corresponde a 7% da área. A doação de particular representa 3%. Outra forma de obtenção da terra, a qual não foi especificada, corresponde a 2%. A forma de obtenção usucapião e compra via crédito fundiário (Cédula da terra, Banco da terra, etc.), cada uma representa 1% da área. Menos de 1% não soube informar como adquiriu a terra.

A partir destas informações, percebe-se que a principal forma de obtenção das propriedades rurais no Ceará ainda é através da sucessão hereditária e compra de particular, somando estas duas categorias 86% do total de aquisições. Isso demonstra que o processo de democratização de acesso a terra necessita de uma política agrária consistente e ampla, e que o modelo como se instituiu a aquisição da terra na primeira Constituição de 1850 ainda se faz presente até os dias atuais.

Gráfico 11- Forma de obtenção das terras do produtor proprietário. Censo Agropecuário 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

5.4 Análise da utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários

Esta seção analisa a forma de utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários para o estado do Ceará e por macrorregião entre os anos de 1995/96 e 2006 conforme as principais categorias as quais são: *lavouras*, *pastagens* e *matas e florestas*.

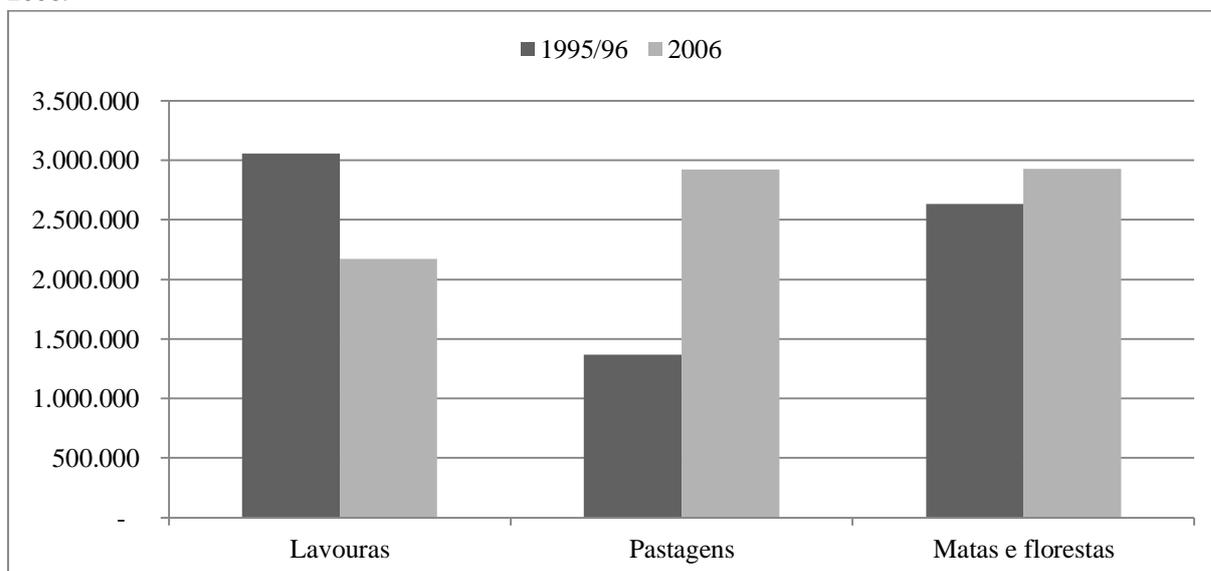
De acordo com as informações contidas na Tabela 7 e no Gráfico 12, observa-se a redução de 886.619 ha de áreas de lavoura no estado do Ceará entre os anos de 1995/96 e 2006, o que representa uma diminuição de 29% da área total de lavouras. Enquanto isso, as áreas de pastagem aumentaram em 1.556.472 ha, um aumento percentual de 114% entre os dois períodos. As áreas de matas e florestas também tiveram um avanço significativo, aumentando em 11% o tamanho da sua área, o equivalente a 294.707 ha.

Tabela 7- Forma de utilização da terra, conforme a macrorregião. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.

Macrorregião	Ano	Área dos estabelecimentos (ha)		
		Lavouras	Pastagens	Matas e florestas
Total	1995/96	3.058.527	1.368.860	2.632.119
	2006	2.171.908	2.925.332	2.926.826
RMF	1995/96	158.776	89.423	59.786
	2006	205.614	62.501	81.971
Litoral Oeste	1995/96	417.000	226.103	168.271
	2006	427.479	220.461	255.288
Sobral/Ibiapaba	1995/96	352.473	138.191	236.350
	2006	360.486	310.196	316.050
Sertão dos Inhamuns	1995/96	488.907	150.698	606.338
	2006	270.907	582.386	604.907
Sertão Central	1995/96	532.958	187.659	581.836
	2006	286.495	595.174	703.826
Baturité	1995/96	142.537	88.957	53.758
	2006	102.762	45.396	78.907
Litoral Leste/ Jaguaribe	1995/96	384.653	238.578	405.366
	2006	294.290	439.263	350.944
Cariri/Centro Sul	1995/96	581.223	249.251	520.414
	2006	223.877	669.957	534.936

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

Gráfico 12- Variação quanto à forma de utilização das terras no estado do Ceará. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.

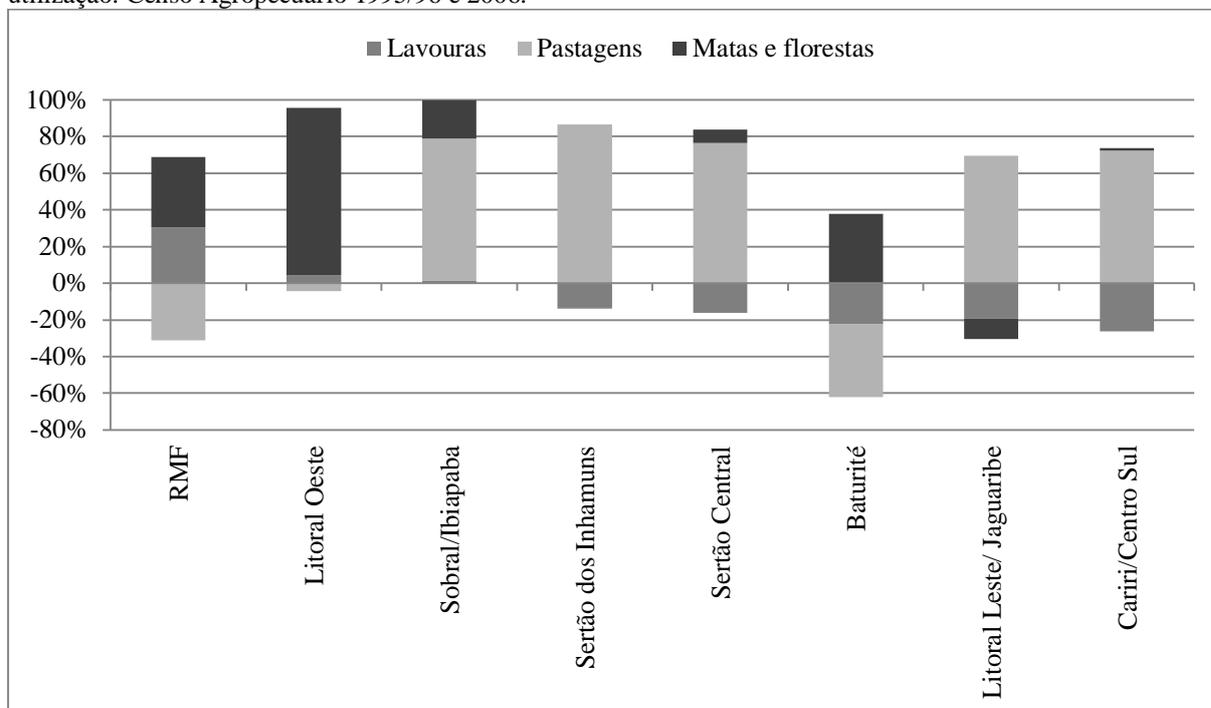


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

O Gráfico 13 ilustra a variação percentual da utilização das terras por macrorregião entre os últimos dois Censos Agropecuários. De acordo com os resultados, as áreas de lavoura aumentaram substancialmente na Região Metropolitana de Fortaleza em 46.838 hectares (+29%) e houve também uma pequena variação positiva para as regiões do Litoral Oeste e Sobral/Ibiapaba com 2,5% e 2,3%, respectivamente. As demais regiões apresentaram variação negativa relativamente às áreas de lavoura, apresentando a região do Cariri/Centro Sul a

maior oscilação (-61,5%) perdendo 357.346 hectares de áreas de lavoura, seguida das regiões do Sertão Central (-46,2%), Sertão dos Inhamuns (-44,2%), Baturité (-49,0%) e, por fim, Litoral Leste/Jaguaribe (-23,5%).

Gráfico 13- Variação percentual da utilização das terras, por macrorregião, segundo os principais tipos de utilização. Censo Agropecuário 1995/96 e 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

As áreas de pastagem apresentaram expressivas oscilações em quase todas as regiões, sendo que a prevalência das variações foi positiva, havendo destaque para as regiões do Sertão dos Inhamuns o qual teve a área de pastagens aumentada em 431.688 hectares (+286,5%), Sertão Central com o aumento de 407.515 hectares (+217,2%), Cariri/Centro Sul com o aumento de 420.706 hectares (+168,2%), Sobral/Ibiapaba ampliando sua área em 172.005 hectares (+124,5%) e Litoral Leste/Jaguaribe com 200.685 hectares (+84,1%). Ao todo, as áreas de pastagem aumentaram em 1.632.599 hectares para estas regiões.

As regiões onde houve o encolhimento das áreas de pastagens foram a Região Metropolitana de Fortaleza (-30,1%), Baturité (-49,0%) e Litoral Oeste (-2,5%), somando uma redução de 76.125 hectares.

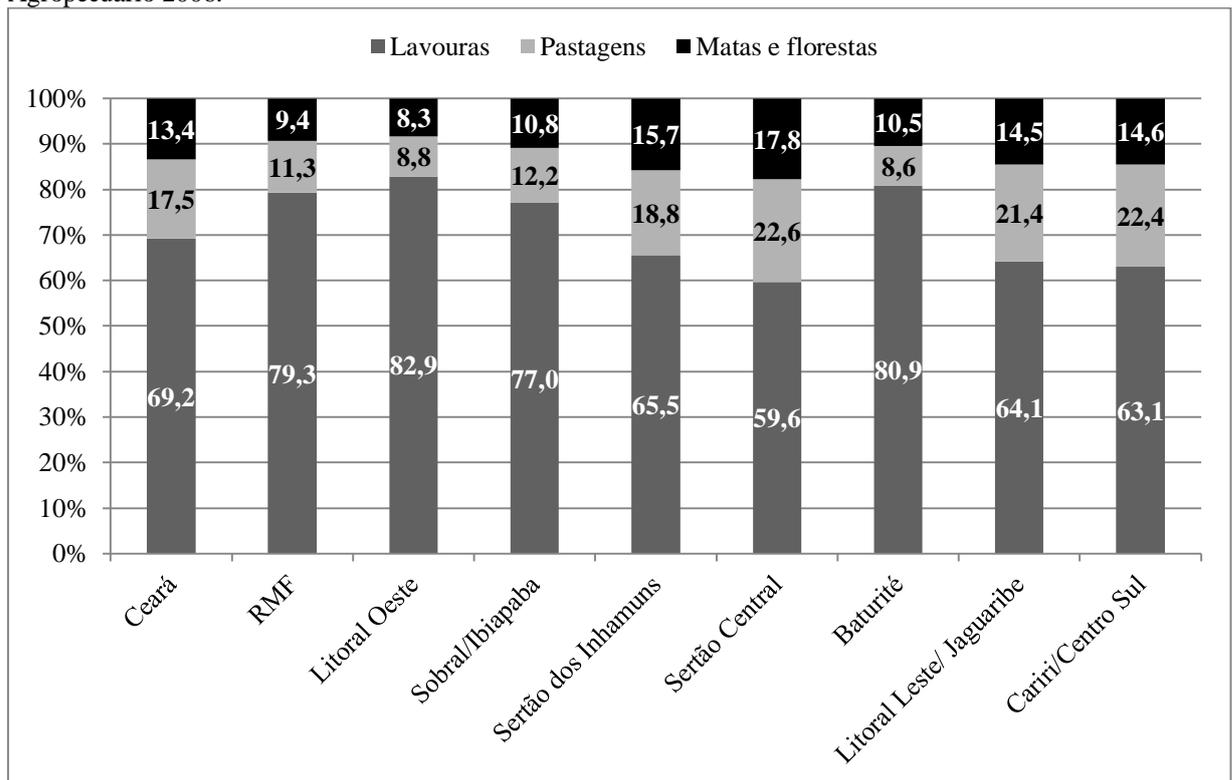
As áreas de matas e florestas apresentaram crescimento em cinco regiões, foram elas: Litoral Oeste que teve um aumento de 51,7%, somando 87.017 hectares; Baturité que aumentou a área em 25.149 hectares (+46,8%); Região Metropolitana de Fortaleza com um aumento em 22.185 hectares (+37,1%); Sobral/Ibiapina que somou 79.700 hectares (+33,7%)

e; Sertão Central que elevou o tamanho da área em 121.990 hectares (+21%). A região do Litoral Leste/Jaguaribe foi a única que sofreu variação negativa, havendo redução da área em 54.422 hectares (-13,4%). As demais regiões mantiveram o tamanho das áreas de matas e florestas constantes.

Os Gráficos 14 e 15 caracterizam a distribuição percentual do número de estabelecimentos e a distribuição percentual da área dos estabelecimentos, respectivamente, conforme a utilização das terras por macrorregião no ano de 2006.

Observando o Gráfico 14, verifica-se que a lavoura é predominante na maior parte dos estabelecimentos em todas as regiões do estado do Ceará, e que poucos estabelecimentos são ocupados com áreas de pastagens e de matas e florestas. Entretanto, ao analisar o Gráfico 15, que trata da distribuição das áreas conforme a utilização das terras verifica-se que há uma distribuição heterogênea entre as diferentes regiões.

Gráfico 14- Percentual dos estabelecimentos conforme a macrorregião e a forma de utilização da terra. Censo Agropecuário 2006.

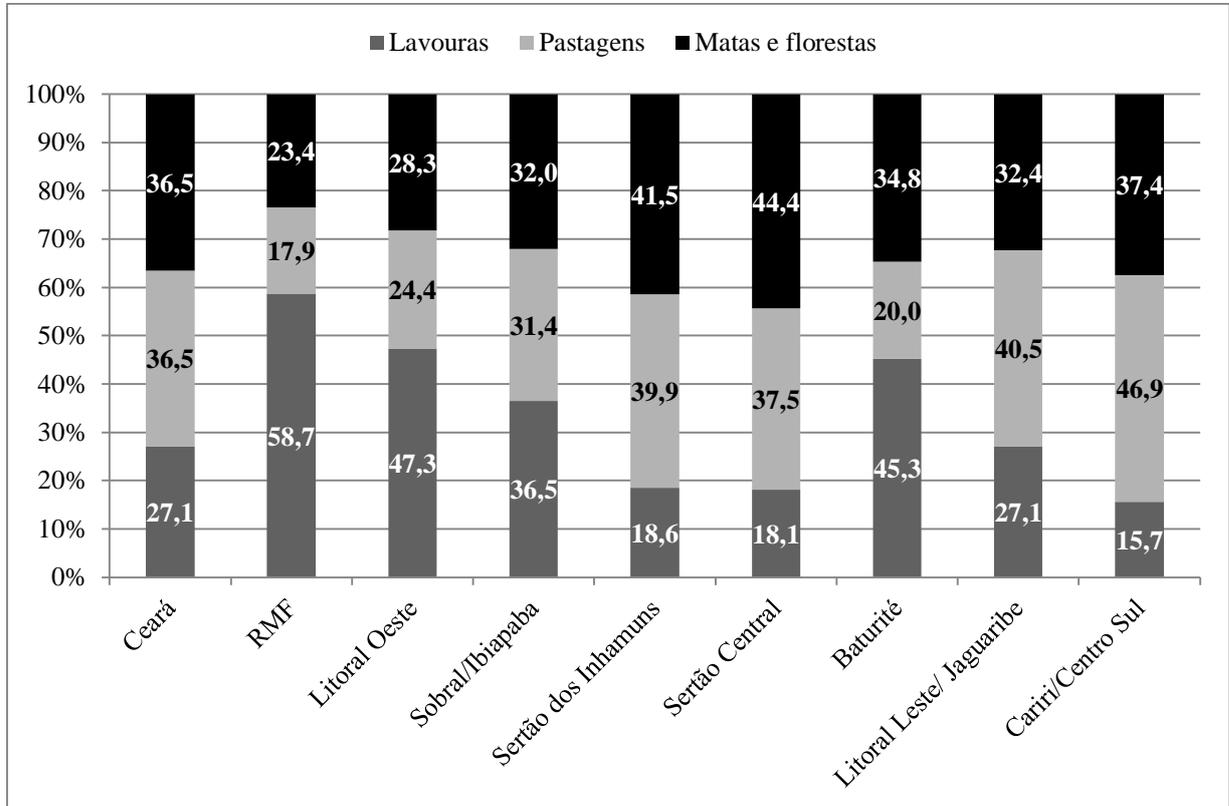


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

De acordo com o Gráfico 15, o estado do Ceará tem 27,1% da sua área total ocupada com áreas de lavoura. As demais regiões que se destacam por ter uma extensão considerável de suas áreas inseridas nesta categoria são a Região Metropolitana de Fortaleza ocupando

58,7% da área total e as regiões do Litoral Oeste e Baturité ocupando 47,3% e 45,3 %, respectivamente.

Gráfico 15- Percentual da área conforme a macrorregião e a forma de utilização da terras. Censo Agropecuário 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

No que concerne às áreas de pastagens, o estado do Ceará possui 36,5% da sua área total pertencente a este grupo de utilização. A região do Cariri/Centro Sul lidera em termos de áreas com pastagens, sendo que 46,9% da sua área total está inserida neste grupo perfazendo um total de 669.957 hectares. Em seguida, tem-se a região do Litoral Leste/Jaguaribe com 40,5% da área (439.263 hectares). Em termos de área total, as maiores áreas deste grupo estão no Cariri/Centro Sul, Sertão Central (595.174 hectares) e Sertão dos Inhamuns (582.386 hectares).

No tocante a área de matas e florestas, o estado possui 36,5% da sua área inserida neste grupo. As regiões do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns lideram em termos percentuais, correspondendo a 44,4% e 41,5% da área total, respectivamente, seguidas em ordem decrescente da região do Cariri/Centro Sul (37,4%), Baturité (34,8%), Litoral Leste/Jaguaribe (32,4%), Sobral/Ibiapaba (32,0%), Litoral Oeste (28,3%) e Região Metropolitana de Fortaleza (23,4%). Em termos de área total, as três maiores áreas são

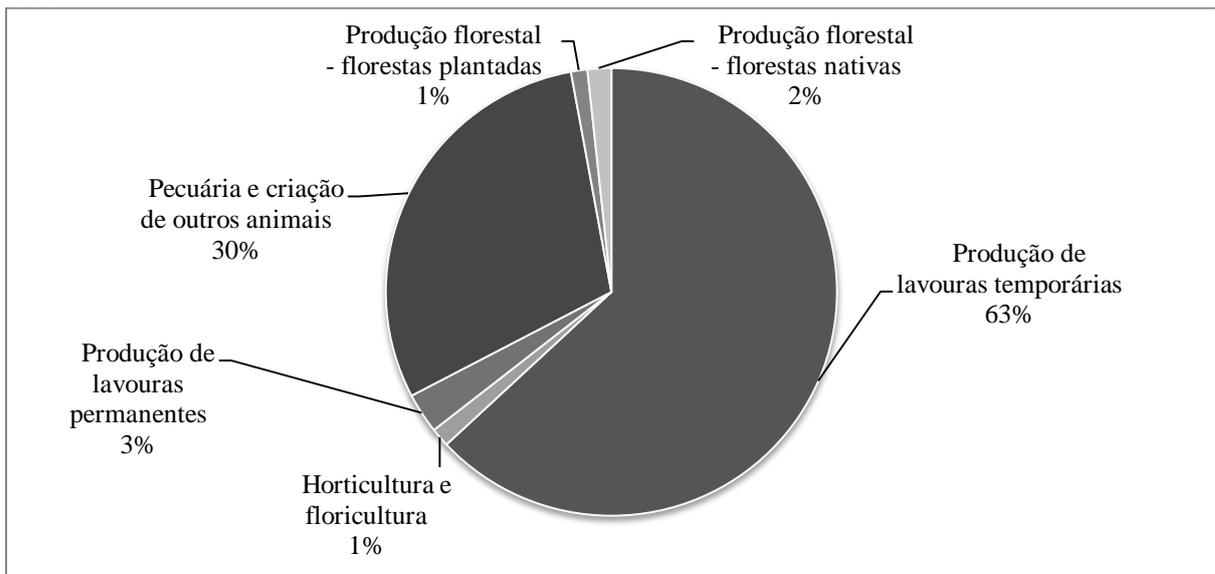
encontradas nas regiões do Sertão Central (703.826 hectares), Sertão dos Inhamuns (604.907 hectares) e Cariri/Centro Sul (534.936 hectares).

5.5 Caracterização da condição do produtor em relação às terras, segundo grupos de atividades econômicas para o estado do Ceará.

Em decorrência das divergências sobre a classificação da atividade econômica, não foi possível fazer uma análise comparativa entre os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006. Para fins de caracterização da atividade econômica, serão utilizadas as informações do Censo Agropecuário de 2006.

O Gráfico 16 representa a distribuição das atividades econômicas, segundo o número de estabelecimentos no estado do Ceará. A produção de *lavouras temporárias* corresponde a maior parcela das atividades econômicas, abrangendo 63% dos estabelecimentos. Em segundo lugar, está a *pecuária e criação de outros animais*, a qual representa 30% dos estabelecimentos agropecuários. Apenas 3% correspondem à produção de *lavouras permanentes*. A *produção florestal- florestas nativas* e *produção florestal- florestas plantadas* representam 2% e 1%, respectivamente. *Horticultura e floricultura* correspondem a apenas 1% dos estabelecimentos. Os grupos '*produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal*', *pesca* e *aquicultura*, representam menos de 1% do total de estabelecimentos, por tanto não aparecem no gráfico.

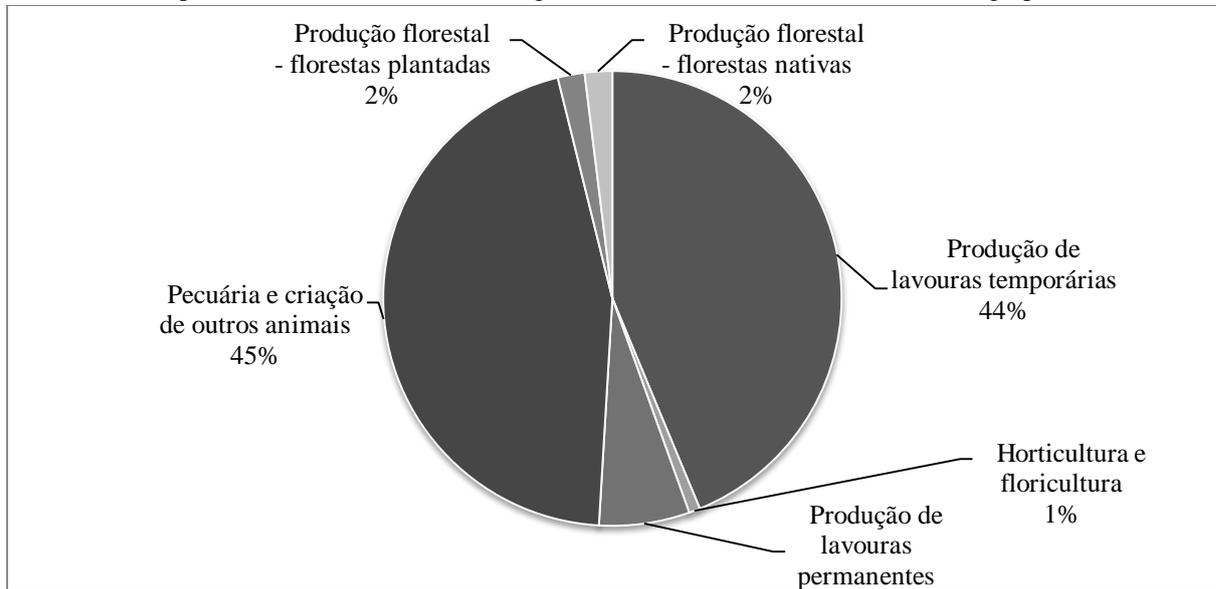
Gráfico 16- Grupos de atividades econômicas por estabelecimento no estado do Ceará. Censo Agropecuário 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

O Gráfico 17 caracteriza a distribuição das atividades econômicas segundo a área. A atividade econômica *pecuária e criação de outros animais* representa 45% da área, esta categoria corresponde à maior parcela da área total. A segunda maior parcela é ocupada pela categoria produção de *lavouras temporárias*, correspondendo à 44% da área. A produção de *lavouras permanentes* constitui 6% da área total. A *produção florestal- florestas plantadas* e *produção florestal- florestas nativas*, correspondem a 2% da área cada. *Horticultura e floricultura* representam apenas 1% da área total. Os grupos '*produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal*', *pesca* e *aquicultura*, representam menos de 1% da área, portanto não aparecem no gráfico.

Gráfico 17- Grupos de atividades econômicas, segundo a área no estado do Ceará. Censo Agropecuário 2006.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

A Tabela 8 mostra os grupos de atividades econômicas, segundo a condição legal do produtor em relação às terras. De acordo com os resultados obtidos, a condição *proprietário* possui 52,8% da produção total. É a categoria que apresenta maior expressividade, ou seja, a maior parte da produção provem dos produtores *proprietários*. A atividade relativamente mais importante para esta categoria é a *pecuária e criação de outros animais*, a qual representa 45,9% da produção, em segundo lugar está a produção de lavouras temporárias com 38% da produção.

A categoria *ocupante* apresenta a segunda maior expressividade com 13,8% produção. A atividade mais significativa foi a produção de *lavouras temporárias*, representando 58% das atividades desempenhadas, em segundo lugar está a *pecuária e criação de outros animais* com 35,7% da produção.

Tabela 8- Grupos de atividades econômicas, segundo a condição legal do produtor em relação às terras no estado do Ceará. Censo Agropecuário 2006.

Grupos de Atividades Econômicas	Condição legal do produtor em relação às terras, segundo o número de estabelecimentos					
	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Produção de lavouras temporárias	71 121	5 846	32 941	30 643	33 515	22 319
Horticultura e floricultura	3 611	125	566	519	979	517
Produção de lavouras permanentes	25 793	1 488	779	1 066	2 347	97
Pecuária e criação de outros animais	85 835	5 388	9 022	7 885	20 601	16 298
Produção florestal - florestas plantadas	2 020	123	658	420	655	479
Produção florestal - florestas nativas	2 770	206	598	584	1 259	735
Pesca	387	93	104	95	240	152
Aquicultura	262	31	33	16	48	137
Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal	75	16	1	7	4	15

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE.

As categorias *produtor sem área*, *arrendatário* e *parceiro* representam 11,9%, 8,4%, 7,7%, respectivamente. A condição legal com menos expressividade na produção foi a categoria *assentado sem titulação definitiva*, esta representa apenas 5,2% da produção total. Para todas estas categorias a atividade econômica mais importante foi a *produção de lavouras temporárias*, a segunda atividade com maior relevância foi a *pecuária e criação de outros animais*.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo o estudo da dinâmica territorial rural no estado do Ceará a partir da análise da estrutura fundiária, da condição legal das terras e da forma de utilização das áreas rurais entre os Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006 de acordo com as macrorregiões de planejamento, assim como caracterizar a forma de aquisição das terras do produtor proprietário e os principais grupos de atividades econômicas, utilizando os dados disponíveis no Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE.

O quadro geral de distribuição de terras evidencia que a estrutura fundiária continua extremamente concentrada, ou seja, há um pequeno número propriedades rurais com grandes áreas concentrando a maioria das terras, enquanto os estabelecimentos de pequenas dimensões, que compõem a quase totalidade destes, ocupam um percentual pouco importante da área rural.

A área rural do estado apresentou um significativo encolhimento entre 1996 e 2006, enquanto que o número de estabelecimentos rurais não apresentou uma alteração expressiva. O estrato fundiário com tamanho inferior a 10 ha foi o que sofreu o maior impacto da diminuição das áreas rurais, perdendo uma parte considerável do seu território. Além disso, as áreas médias também apresentaram uma considerável diminuição em todas as regiões para este estrato.

Em relação à condição legal da terra, a maioria dos estabelecimentos rurais e da área rural é pertencente a produtores proprietários, sendo um percentual muito pequeno de áreas e estabelecimentos rurais distribuídos para as demais categorias. Entretanto, foi observado que as categorias *terras próprias* e *terras em parceria* sofreram uma variação negativa em todas as regiões do estado, enquanto que a categoria *terras arrendadas* aumentou em todas as regiões. A categoria terras sem titulação definitiva e ocupadas oscilou entre negativo e positivo em todo o estado.

Constatou-se, também, a fragmentação das propriedades rurais através do aumento do número de estabelecimentos com titulação de *terra própria*, enquanto que o tamanho da área para esta categoria sofreu uma expressiva diminuição.

De acordo com a caracterização da forma de obtenção das terras do produtor proprietário, constatou-se que a maioria dos estabelecimentos rurais foi obtida mediante a sucessão hereditária e a compra de particular. Uma minoria foi obtida através da cédula da terra, doação ou usucapião, prevalecendo, ainda, os antigos modelos de aquisição da terra.

Em relação aos grupos de atividades econômicas, pode-se concluir que a produção de lavouras temporárias predomina na maioria dos estabelecimentos rurais, enquanto que em relação à área, essa predominância é distribuída entre lavouras temporárias e a pecuária, restando uma pequena parcela de terras para as demais atividades.

Observou-se ainda que as áreas de lavouras estão encolhendo ao mesmo tempo em que há um aumento das áreas de matas e florestas, chegando, estas últimas, a superar o tamanho das áreas de lavouras e se igualando, ainda, as áreas de pastagens. Entretanto, a produção florestal, seja floresta plantada ou nativa, corresponde a apenas 4% da área segundo os grupos de atividades econômicas, portanto, infere-se que houve uma diminuição das áreas de produção, visto que as áreas de matas e florestas, em relação à lavoura e a pecuária, tem pouca representatividade nos grupos de atividade econômica. Surge ainda o questionamento sobre o que representa de fato o aumento das áreas de matas e floresta, já que o aumento destas áreas não se configura, na prática, como aumento de áreas de proteção ambiental.

O que se conclui com este trabalho é que existe ainda uma concentração fundiária muito expressiva em todo o estado do Ceará e a maioria dos estabelecimentos rurais possui titulação de terra própria. A sucessão hereditária somada à compra de particular ainda é a principal forma de aquisição de terras no estado. Em relação à utilização das terras, a lavoura é predominante na maioria dos estabelecimentos e ainda é, junto com a pecuária, a atividade econômica mais importante. Entretanto, as áreas de produção têm diminuído significativamente, enquanto que há o aumento de espaços ociosos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, José Vanglesio de. **Concentração fundiária no estado do ceará (1970-1995)**. Fortaleza: IBGE, 2006.
- ANDRADE, M.C. de. **O Nordeste e a nova república**. Recife: Asa, 1987. 128 p.
- ANDRADE, M.C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 7 ed. São Paulo: Cortez. 2005. 278 p.
- ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José Levi Furtado. Formação territorial do ceará: dos caminhos antigos aos projetos ferroviários (1817-1877). **B.goiano.geogr**, Goiania, v. 32, n. 2, p.139-157, jun./dez. 2012.
- BORGES, Cristiane Fernandes Silva et al. O trabalho e trabalhadores na pecuária: uma expressão da questão social do Ceará no período colonial. **Faculdade Cearense em Revista**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p.1-10, fev. 2012.
- CASTRO, Maria Elizabeth de. **Os assentados – lavradores do século XXI: Assentamento Tiracanga logradouro em Canindé, Ceará, Brasil (2007 - 2008)**. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CHIANG, Alpha C.. **Matemática para economistas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. As Charqueadas. In: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. p.65-92
- HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. 108 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ- IPECE. **Perfil Básico Municipal**, 2014. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2011>. Acesso em 20. Dez. 2015.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- PONTES, Lana Mary Veloso de. **Formação do território e evolução político-administrativa do Ceará: A questão dos limites municipais**. Fortaleza: IECE, 2009. 92 p.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed.
Rio de Janeiro: Atlas, 2000.